

DIÁLOGO GLOBAL

9.1

3 edições por ano em 17 idiomas

Novas direções para
uma sociologia global

Sari Hanafi

Projekt Klassenanalyse

Pablo Pérez

Rodolfo Elbert

Svetlana Yaroshenko

Ngai-Ling Sum

Tania Murray Li

Ruth Patrick

Richard York

Brett Clark

Pesquisando
classes e desigualdade

James K. Galbraith

Klaus Dörre

Éric Pineault

Federico Demaria

Anna Saave-Harnack

Corinna Dengler

Barbara Muraca

Gabriel Sakellariadis

Jorge Rojas Hernández

Depois do
paradigma do
crescimento?

Perspectivas teóricas

Ariel Salleh

Populismo
de direita

Lena Lavinas

Guilherme Leite Gonçalves

Ayşe Buğra

Ramiro C.H. Caggiano Blanco

Natalia Teresa Berti

Justyna Kajta

Seção aberta

- › Inspirando-se em Marie Jahoda
- › Relações de trabalho em Portugal
- › A equipe bengali do *Diálogo Global*

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 9 / EDIÇÃO 1 / ABRIL DE 2019
<http://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG



> Editorial

Em julho do ano passado, durante o XIX Congresso Internacional de Sociologia da ISA, em Toronto, no Canadá, Sari Hanafi foi eleito o novo Presidente da Associação Internacional de Sociologia. Esta primeira edição de 2019 do *Diálogo Global* é inaugurada com a visão teórica de Hanafi para a ISA no decorrer de seu mandato. Aqui, ele defende a combinação de abordagens pós-coloniais e pós-autoritárias para conduzir uma conversa em torno de um novo paradigma para o pluralismo nesta era de múltiplas modernidades.

Juntamente com a ascensão de partidos populistas de direita no mundo todo, os debates sociológicos sobre classe ganharam um novo destaque. O primeiro simpósio desta edição reflete esse novo interesse em questões de formação de classes e relações de classe em todo o mundo, com contribuições que apresentam pesquisas desenvolvidas atualmente na América Latina, nos Estados Unidos, na Alemanha e no Sudeste Asiático. Paralelamente, o simpósio explora as implicações para o aumento da pobreza e da desigualdade.

Por décadas, gerar crescimento econômico sido o centro da maior parte da atividade econômica, bem como de iniciativas políticas e das discussões acadêmicas. Nos últimos anos, um número crescente de ativistas, mas também de sociólogos e economistas, iniciou um debate impressionante sobre os limites desse crescimento. Eles discutem o futuro, e em algumas regiões o possível fim das taxas de crescimento permanentemente altas, assim como os efeitos ecológica e socialmente destrutivos desse foco unilateral no crescimento do PIB. Tanto os debates acadêmicos quanto os de ativistas também examinam

possíveis alternativas e, mais proeminentemente, a ideia de “decrescimento”, um conceito que não tem permanecido incontestado. Os textos do segundo simpósio refletem as discussões em torno do futuro do crescimento e de uma possível alternativa de decrescimento.

Considerando a conjuntura global contemporânea, Ariel Salleh argumenta em sua contribuição teórica em favor de uma nova análise sociológica de classe que una mães, camponeses e coletores em relação às suas habilidades materiais de possibilitar a vida na Terra. Com uma reflexão histórica sobre os debates em torno do ecofeminismo, ela defende uma sociologia crítica e a noção de um materialismo corporificado.

O fim de muitos dos governos de esquerda da América Latina coincide com a ascensão de governos de direita, às vezes autoritários, em muitas outras regiões do mundo. Nesta edição, estudiosos do Brasil, da Colômbia, da Turquia e da Polônia examinam os desenvolvimentos históricos e políticos do populismo de direita.

Três artigos estão incluídos na seção aberta desta edição: Johann Bacher, Julia Hofmann e Georg Hubmann apresentam a recém publicada tese de doutorado de Marie Jahoda e nos lembram o que nós, cientistas sociais e cidadãos politicamente engajados, podemos aprender com a sua vida e seu trabalho. Elísio Estanque e Antônio Casimiro Ferreira nos dão uma ideia da nova configuração político-trabalhista de Portugal no período mais recente pós-Troika, enquanto a equipe bengali do *Diálogo Global* apresenta seus membros e seu trabalho. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em 17 idiomas no [website da ISA](http://website.da.isa).

> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com.

isa International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores Assistentes: Johanna Grubner, Christine Schickert.

Editor associado: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores Regionais

Mundo Árabe: Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Argentina: Juan Ignacio Piovani, Alejandra Otamendi, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibul Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufika Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury, Md. Eunus Ali.

Brasil: Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Lucas Amaral Oliveira, Benno Warken, Angelo Martins Junior, Dmitri Cerboncini Fernandes.

Casaquistão: Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Pragya Sharma, Nidhi Bansal, Sandeep Meel.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itiriyati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Domingus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sina Bastani, Sayyed Muhamad Mutallebi, Vahid Lenjanzade.

Japão: Satomi Yamamoto, Sara Maehara, Masataka Eguchi, Riho Tanaka, Marie Yamamoto.

Polônia: Jakub Barszczewski, Katarzyna Dębska, Anna Dulny-Leszczynska, Krzysztof Gubański, Monika Helak, Sara Herczyńska, Justyna Kościńska, Łucja Lange, Iga Łazińska, Adam Müller, Weronika Peek, Zofia Penza-Gabler, Jonathan Scovil, Marcjanna Szczepaniak, Agnieszka Szypulska, Anna Tomala, Mateusz Wojda.

Romênia: Cosima Rughiniș, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Luciana Anăstăsoaie, Costinel Anuța, Maria Loredana Arsene, Diana Alexandra Dumitrescu, Radu Dumitrescu, Iulian Gabor, Dan Gitman, Alecsandra Irimie-Ana, Iulia Jugănar, Ioana Mălureanu, Bianca Mihăilă, Andreea Elena Moldoveanu, Rareș-Mihai Mușat, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Alina Cristina Păun, Codruț Pinzaru, Susana Maria Popa, Adriana Sohodoleanu, Elena Tudor.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur, Valentina Isaeva.

Taiwan: Jing-Mao Ho.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



Em seu artigo programático, **Sari Hanafi**, o novo presidente da ISA, discute o que vislumbra para a associação nos próximos anos. Ele chama a atenção para um paradigma de pluralismo para fortalecer uma “Sociologia em Diálogo” global.



O **crescimento econômico** constitui a base da prosperidade nas sociedades ocidentais, mas a produção sempre crescente de bens exacerba a destruição ecológica do planeta. Aqui, colaboradores de todo o mundo discutem o papel do crescimento econômico na sociedade, seus problemas e desafios, bem como visões alternativas além desse paradigma.



O fim de muitos governos de esquerda na América Latina coincide com o surgimento de governos de direita, muitas vezes com tendências autoritárias e populistas em muitas outras regiões do mundo. Nesta seção, acadêmicos do Brasil, Colômbia, Turquia e Polônia examinam os desenvolvimentos históricos e políticos do **populismo de direita**.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta Edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Sociologia global – rumo a novas direções

Por Sari Hanafi, Líbano 5

> PESQUISANDO CLASSES E DESIGUALDADE

Por um diálogo global sobre classes

Por Projekt Klassenanalyse, Alemanha 8

Classes e interesses de classe na América Latina

Por Pablo Pérez, Chile, e Rodolfo Elbert, Argentina 10

Pobreza e exclusão social na Rússia pós-socialista

Por Svetlana Yaroshenko, Rússia 12

Lumpemproletariado e subalternos urbanos na China

Por Ngai-Ling Sum, Reino Unido 14

Formação de classe e capitalismo agrário

Por Tania Murray Li, Canadá 16

Vivendo com (e resistindo às) reformas no Reino Unido

Por Ruth Patrick, Reino Unido 18

Classe e ecologia

Por Richard York e Brett Clark, EUA 20

> DEPOIS DO PARADIGMA?

O efeito “coleira” apertada: capitalismo além do crescimento rápido

Por James K. Galbraith, EUA, e Klaus Dörre, Alemanha 23

A condição pós-crescimento

Por Éric Pineault, Canadá 25

Decrescimento: apelo à transformação socioecológica radical

Por Federico Demaria, Espanha 27

Feminismos e decrescimento: aliança ou relação fundacional?

Por Anna Saave-Harnack e Corinna Dengler, Alemanha, e Barbara Muraca, EUA 29

Desafios para uma estratégia de decrescimento: o caso da Grécia

Por Gabriel Sakellariadis, Grécia 31

Chile: do neoliberalismo a uma sociedade pós-crescimento?

Por Jorge Rojas Hernández, Chile 33

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Sociologia ecofeminista como uma nova análise de classe

Por Ariel Salleh, Austrália 35

> A ASCENSÃO GLOBAL DO POPULISMO DE DIREITA

Brasil 2018: a guinada à direita das classes médias

Por Lena Lavinas e Guilherme Leite Gonçalves, Brasil 38

Populismo, identidade e mercado

Por Ayşe Buğra, Turquia 40

Populismo de direita na América Latina: o interesse próprio acima do bem-estar social

Por Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco, Brasil e Natalia Teresa Berti, Colômbia 42

O nacionalismo radical como uma nova contracultura na Polônia?

Por Justyna Kajta, Polônia 44

> SEÇÃO ABERTA

Inspirando-se em Marie Jahoda

Por Johann Bacher, Julia Hofmann e Georg Hubmann, Áustria 47

Relações de trabalho e diálogo social em Portugal

Por Elísio Estanque e António Casimiro Ferreira, Portugal 49

A equipe bengali do *Diálogo Global*

51

“É muito importante que alguns conceitos da Sociologia reivindiquem universalidade, como os direitos humanos; mas eu vejo sua universalidade como possível apenas através de um consenso sobreposto entre culturas, e não pela universalização de valores vindos de um contexto euro-americano”

Sari Hanafi

> Sociologia global: rumo a novas direções

Por **Sari Hanafi**, Universidade Americana de Beirute, Líbano, atual Presidente da *International Sociological Association* (2018-2022)



Sari Hanafi, Presidente da *International Sociological Association*.

Tive a honra de ser eleito Presidente da *International Sociological Association* (ISA) durante o último congresso, em julho de 2018, ocorrido em Toronto, no Canadá. Nos parágrafos seguintes, eu gostaria de esboçar o programa que apresentei em meu discurso como candidato a esse cargo e destacar uma agenda de três eixos sobre sociologias em diálogo, apontando para uma abordagem pós-autoritária e para a atual crise na teoria da secularização.

> Sociologias em diálogo

Entre os vinte presidentes eleitos da ISA, apenas dois eram de fora da Europa e da América do Norte. Eu sou o terceiro deles. E venho com sensibilidades específicas em relação à sociologia, influenciado pela minha trajetória pessoal e profissional como alguém que fez seus estudos universitários na Síria e, depois, na França, trabalhando em diferentes instituições acadêmicas no Egito, na Palestina, na França e no Líbano. Assim, eu sempre me vi cercado por uma miríade de debates oriundos de diferentes cenários.

Justamente porque eu sou cauteloso (muito cauteloso) com relação a categorias binárias antagônicas (como tradição/modernidade, Oriente/Ocidente, universalismo/contextualismo, etc.), proponho que as várias sociologias estejam sempre em diálogo. *Sociologias em Diálogo*, de fato, foi o título da Quarta Conferência da ISA do Conselho de Associações Nacionais, e será o título do próximo volume coeditado por mim e Chin-Chun Yi, a ser publicado

pela SAGE. É muito importante que alguns conceitos da sociologia reivindiquem universalidade, como os direitos humanos; mas eu vejo sua universalidade como possível apenas através de um consenso sobreposto entre culturas, e não pela universalização de valores vindos de um contexto euro-americano. Deixe-me trazer um exemplo do conceito de Democracia. A democracia é universal? Sim, ela é, mas não como modelo a ser exportado, para ecoar Florent Guénard (2016), nem como um conceito com telos, mas sim como uma experiência histórica que retirou a sua normatividade de sua própria disseminação, principalmente a partir dos anos 1980 na América Latina, depois na Europa Oriental e Central e, finalmente, em alguns países do mundo árabe. O que é universal, portanto, é um imaginário do desejo pela democracia, cujos traços estão nas palavras de ordem sobre liberdade, justiça e dignidade levantadas pelos manifestantes. Esse universalismo normativo é leve e não impede a existência do que Armando Salvatore descreveu em 2016 como “padrões diferentes de civilidade”.

No entanto, como não queremos enquadrar este debate apenas na questão da emancipação da condição colonial e da hegemonia da produção do conhecimento ocidental, a abordagem pós-colonial não nos parece suficiente para explicar os problemas da produção de conhecimento. Ela deve ser complementada pelo que chamo de “abordagem pós-autoritária”. Isso significa considerar não apenas o impacto do colonialismo, mas também o impacto do autoritarismo local.

> Para uma abordagem pós-autoritária

Não podemos deixar de reconhecer as cicatrizes da era colonial. Elas ainda estão presentes; elas aleijam alguns e lembram os outros de estradas que não ousamos trilhar novamente. Mas os estudos pós-coloniais, que colocam tanta ênfase em fatores externos e negligenciam os fatores locais, podem ser usados e abusados. O parentesco lexical dos estudos pós-autoritários com o pós-colonialismo significa que os primeiros poderiam, por associação, basear-se em várias suposições que sustentam a última categoria, especialmente em termos de estruturas de poder. No

»

entanto, isso não significa que chegamos a um acordo com o autoritarismo, nem que estamos em um momento “pós” a tal época.

O autoritarismo, em nossa conceituação, não é simplesmente a tendência dos estados de agir de forma não democrática, empregando a compulsão burocrática e policial na vida social. Nessa representação mais descritiva, todos os estados são, em algum grau, autoritários. Não é o estado no qual o soberano emprega o estado de exceção de Carl Schmitt. Sabemos que todos os estados contêm “momentos” ou tendências de exceção, bem como práticas autoritárias. O autoritarismo é, antes, a remoção sistemática da responsabilidade ou da participação popular das decisões do Estado e uma substancial centralização do poder executivo em uma burocracia, como Graham Harrison declarou em 2018.

Existem diferentes níveis de autoritarismo: um diz respeito a um regime; outro se relaciona com um sistema político-econômico; e um terceiro está no nível do indivíduo.

> Autoritarismo brutalizante

A principal ideia de Norbert Elias em seu famoso *O Processo Civilizador* é que as sociedades evoluem por intermédio de um movimento de regressão da violência individual (a pacificação de comportamentos). No entanto, somos testemunhas, atualmente, do que Josepha Laroche chamou, em 2017, de “o retorno do reprimido”, ou o que George Mosse cunhou, em 1991, como “brutalização”, para destacar a erosão desse movimento civilizacional. Se os atores estatais são os principais no que tange à brutalização da sociedade através do aparato policial e militar, também testemunhamos o crescente poder de atores não-estatais. Um exemplo, para mim, como alguém que viveu na Síria e no Líbano, é o ISIS e outros atores sectários e intersticiais que contornam o Estado ao implantar a solidariedade comunitária. Mas também se deve pensar em atores globais não-estatais, como empresas multinacionais e mercados financeiros que constituem o que James Rosenau chamou, em 1990, de “atores livres de soberania”. No entanto, os atores não estatais raramente operam sem o consentimento e a facilitação dos atores estatais. O ISIS não seria possível sem o total fechamento do espaço político por parte da elite síria dominante, ou do regime altamente sectário iraquiano. Atores estatais e não estatais não apenas brutalizam a sociedade, mas também anunciam a brutalização do mundo, da qual hoje somos testemunhas e partes envolvidas. Pior, como na Síria, na Líbia e no Iêmen, a guerra causa uma “brutalização da política”, o que significa que a política se torna difícil sem a violência.

Segundo Laroche, esse processo de brutalização começa com a destruição dos laços sociais e da solidariedade, levando à “alterização” e à exclusão de certos grupos da comunidade nacional, como os pobres e estrangeiros, permitindo, assim, uma barbárie cotidiana contra eles, algo

que eventualmente se generaliza para toda a sociedade.

> Autoritarismo neoliberal

A interação do econômico e do político leva ao surgimento de uma peculiar configuração político-econômica que denomino “autoritarismo neoliberal”. No entanto, essa nova configuração não é apenas um resultado combinatório, mas antes o resultado de uma articulação que, em muitos aspectos, altera tanto o neoliberalismo quanto o governo autoritário.

Sabemos que o neoliberalismo gerou injustiça e empobrecimento social e econômico generalizado. No entanto, o que é bastante novo é o desdobramento sistemático e intencional do poder centralizado e coercivo do Estado para gerar transformação capitalista em sociedades nas quais uma classe capitalista é fraca e não dominante. Se a sociedade capitalista clássica frequentemente gerou um sistema de dominação mediante um regime político democrático, esse não é o caso em muitas sociedades periféricas e nas sociedades ocidentais onde a classe capitalista se tornou mais magra e mais fortemente contestada. A relação das forças sociais que sustentam o Estado não é apenas moldada pela classe, como argumentou Nicos Poulantzas, mas inclui hierarquias raciais e de gênero moldadas por processos do que Aníbal Quijano chamou de “colonialidade do poder”, articuladas de maneiras diferentes no tempo e no espaço.

> Cidadãos autoritários

Como um sistema político implantado por atores estatais e não-estatais, o autoritarismo existe em correlação com cidadãos autoritários. Líderes autoritários sufocam a imaginação: eles procuram autômatos cinzentos que seguem seus comandos em vez de se portarem como sujeitos autônomos com personalidades independentes. O mecanismo de se tornar um cidadão autoritário não é apenas empurrado de cima, mas é produzido em relação ao raciocínio prático.

Segundo Maeve Cooke, há dois componentes inter-relacionados do raciocínio prático autoritário. Primeiro, existem concepções autoritárias de conhecimento. Essas restringem o acesso ao conhecimento a um grupo privilegiado de pessoas e afirmam um ponto de vista afastado das influências da história e do contexto que garantiria a validade incondicional das reivindicações à verdade e à retidão. Segundo, há concepções autoritárias de justificação, que dividem a validade das proposições e normas do raciocínio dos sujeitos humanos para quem são proclamados válidos.

Algumas pessoas, particularmente as religiosas, ou aquelas que compartilham um desses dois componentes do raciocínio prático autoritário, são difíceis de manter um argumento na esfera pública. Como a noção de cidadão implica a autonomia política de cada pessoa, Maeve Cooke

argumenta que os cidadãos devem possuir autonomia ética. Essa autonomia repousa na intuição de que a liberdade dos seres humanos consiste, em geral, na liberdade de formar e perseguir suas concepções do bem com base em razões que eles são capazes de chamar de suas. Nos processos de revolução e contrarrevolução no mundo árabe, e em debates que identificam forças democráticas, raramente se deu atenção ao raciocínio prático da elite, com a ênfase quase exclusivamente no paradigma da secularização. Forças seculares foram vistas como sistematicamente imunes ao raciocínio prático autoritário, enquanto que os movimentos políticos islâmicos, por definição, operavam com tal raciocínio. É claro, isso é simplista e precisa ser mais bem examinado, pois cidadãos autoritários podem ser encontrados entre essas duas formações de elite. Isso me leva a argumentar que a teoria da secularização está em crise real e não pode explicar a transformação das relações dos cidadãos com a religião.

> Crise na teoria da secularização

Embora a secularização ainda seja um caminho muito importante em direção à democracia e à modernidade, esse processo precisa ser problematizado em uma base pós-secular, a fim de libertá-lo de alguns de seus excessos e patologias. Em recente conversa com Jim Spickard, Presidente do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Religião (RC22), ele admitiu que a sociologia tem historicamente adotado a teoria da secularização, algo que sociólogos como ele próprio, David Martin e Manuel Vásquez localizaram na batalha intelectual que os primeiros sociólogos empreenderam contra a religião reacionária na França do final do século XIX e início do século XX. Para Peter Berger, essa teoria, que via a modernidade como conduzindo a um declínio da religião, foi empiricamente falsificada e deveria ser substituída por uma teoria sutil do pluralismo. O evolucionismo que tipificou a religião como algo do “passado” e a sociologia como o “futuro” incorporou a tese da secularização em nosso pensamento. Como resultado disso, o ressurgimento público da religião nos anos 1980 e 1990 foi rapidamente tipificado como “fundamentalista” e como “uma reação contra a modernidade”. Esse debate ainda em evolução, segundo Ulrike Popp-Baier, foi moldado por três meta narrativas típicas ideais. A primeira é uma narrativa do declínio de afiliações, práticas e crenças religiosas devido à disseminação de uma cosmovisão científica. A segunda é uma narrativa da transformação, com argumentos sobre a “religião invisível”, a “religião implícita”, o “acreditar sem pertencer”, a “religião vicária”, a “judicialização da religião” e, nos últimos anos, cada vez mais proeminente, a “espiritualidade”, sugerindo uma metamorfose da forma social da religião no contexto de mudanças culturais e sociais mais gerais relacionadas à individualização e subjetivação. A terceira é uma narrativa de ascensão, ligando a vitalidade religiosa ao pluralismo religioso e a um mercado de organizações religiosas concorrentes; no caso do Islã, esse aumento está associado ao radicalismo e, até mesmo, ao terrorismo.

Precisamos ir além dos muitos clichês que rotulam algumas regiões geográficas como religiosas ou seculares para analisar as diferentes tradições intelectuais, religiões populares e meios institucionais que produziram as diferentes formas de religião e religiosidade na sociedade contemporânea. No debate sociológico, é importante discutir o lugar da religião na democracia e na esfera pública. Os cidadãos não podem ser solicitados a ter uma responsabilidade moral para justificar suas convicções políticas, independentemente de suas religiões, como faz John Rawls. Mesmo dentro da concepção de pluralismo de Habermas, Rawls reconhece o lugar da religião na esfera pública e argumenta que as comunidades religiosas devem se engajar na autorreflexão hermenêutica para desenvolver uma postura epistêmica em relação às reivindicações de outras religiões e visões de mundo, em direção ao conhecimento secular, especialmente a expertise científica, e para a prioridade de razões seculares na arena política. Mas é realmente possível separar as razões “religiosas” das “seculares”? Estudiosos como Darren Walhof (2013) apontam que “a teologia, a política e a identidade de uma comunidade religiosa estão todas amarradas umas às outras, à medida que líderes religiosos e cidadãos aplicam e reformulam suas teologias em novos contextos políticos”.

No entanto, a confluência do direito, da religião, da política e da sociedade teve alguns resultados problemáticos, tais como o sectarismo. Em áreas de conflito, como o Oriente Médio, o sectarismo é uma das principais dinâmicas de conflito, mas também é um mecanismo para moldar a identidade local através do que Azmi Bishara chamou, em 2017, de “seitas imaginadas”. Pela mesma lógica, Israel aprovou recentemente uma lei que proclama que os judeus têm um direito único à autodeterminação nacional, enquanto continua sua política de Apartheid dentro de Israel e nos territórios palestinos.

> Conclusão

Com o surgimento de “democracias não liberais” e o assalto de algumas democracias bem fundadas em relação aos direitos civis e às liberdades, a ISA deve conseguir capturar os medos e os sentimentos de tantas pessoas ao redor do mundo hoje. Hannah Arendt localizou a origem do totalitarismo em uma combinação de fatores externos (imperialismo, crise de impérios multinacionais) e internos (antisemitismo e racismo). Na mesma linha, acredito que a ISA precisa combinar a análise do colonialismo com a do autoritarismo. Deve conduzir uma conversa em torno de um novo paradigma para a religião e para o pluralismo em uma era de modernidades múltiplas. Isso só é possível construindo uma estrutura mais apropriada para compreender a mistura de micro e macro dimensões que caracteriza a situação global hoje, construindo, como no título do livro de Alatas e Sinha, de 2017, uma “teoria sociológica para além do cânone”. ■

Contato com Sari Hanafi <sh41@aub.edu.lb>

> Por um diálogo global sobre classe

Por **Projekt Klassenanalyse Jena (PKJ)**, Universidade de Jena, Alemanha

> Por que precisamos da teoria de classes - PKJ procurando por parceiros

Atualmente, somos confrontados com a intensificação das desigualdades sociais e o aumento dos protestos sociais no mundo todo, enquanto que a economia global ainda está propensa a crises. Isso se aplica até aos centros capitalistas. Segundo as estatísticas oficiais, 19% da população alemã estava ameaçada pela pobreza ou pela exclusão social em 2017; outros estudos também mostram uma crescente polarização social. Enquanto isso, grandes partes do mundo estão experimentando uma mudança para a direita política. À luz dessas tendências, vemos que o termo “classe”, que – ao menos na Alemanha – estava quase completamente ausente do debate público das últimas décadas, está voltando lentamente ao discurso acadêmico e político. O “Projekt Klassenanalyse Jena” (Projeto de Análise de Classe de Jena) foi iniciado recentemente na Universidade Friedrich Schiller, em Jena. Queremos reprocessar as discussões passadas sobre classe social, contribuir para a teoria de classes contemporânea e fornecer um fórum para discussão das atuais políticas de classe. Nesta edição, nós gostaríamos de iniciar uma conversa com acadêmicos e ativistas de todo o mundo.

> Por que falar de “classe”?

A força dos conceitos sociológicos de classe é que eles focalizam analiticamente as ligações internas entre as desigualdades econômicas, políticas e culturais. A capacidade crítica do termo “classe” na tradição marxista é que ele revela estruturas de poder e controle enraizadas na divisão econômica do trabalho e em suas estruturas de propriedade. Para Marx, a classe é, portanto, uma categoria relacional: a classe dos empregados assalariados mantém uma relação antagônica e conflitiva com a classe dos capitalistas. Ao contrário das abordagens de “milieu” ou de estratificação (classe alta, classe média, classe trabalhadora, etc.), o termo “classe” na tradição marxista descreve uma conexão estrutural que pode relacionar as condições de trabalho e de vida dos grupos sociais entre si, em vez de apenas descrever as desigualdades econômicas. Através de conceitos de “exploração” (Marx), “fechamento social” (Weber), “distinção” (Bourdieu) e “controle burocrático” (Wright), o termo “classe” refere-se predominantemente a

relações verticais de desigualdade; e se estiver apontando para as relações de poder, ele pode ser igualmente um conceito de teoria social e uma categoria política. Inclui hegemonia política e representação, bem como questões de prerrogativas narrativas no processamento cultural e intelectual das relações de classe.

> Novos desafios

Considerando os novos desafios, bem como dinâmicas e disruptivas mudanças sociais, uma teoria de classes contemporânea precisará abordar os seguintes tópicos e questões cruciais:

A fragmentação de classes e a crise da representação política

As marcas duradouras que o neoliberalismo deixou nas condições de vida das populações em todo o mundo representam grandes desafios para a análise de classes. A fragmentação das condições de trabalho e das relações de produção tem diferenciado ainda mais a classe operária e gerado uma enorme heterogeneidade dentro dela. Esse desenvolvimento foi acompanhado por um aumento na concentração da riqueza em favor de uma pequena classe alta, de um lado, e pelo surgimento de “novas classes perigosas” (Guy Standing) e divisões dentro das classes médias, por outro. Esse é um terreno fértil sobre o qual se originam ideologias de divisão social e populismo de direita. O desaparecimento de uma perspectiva de classe unificadora na arena pública e na vida política cotidiana indica uma “sociedade de classes desmobilizada” (Klaus Dörre), em que dinâmicas relacionadas à classe continuam a funcionar sob a superfície do discurso social, enquanto elas quase não aparecem rotuladas enquanto tal nos espaços políticos. A crise do capitalismo financeiro e da representação política, a fraqueza e a posição defensiva dos partidos de esquerda e dos sindicatos, bem como a dissolução da ampla consciência coletiva ligada a essa fraqueza formam uma porta de entrada para as mudanças políticas à direita. Ao mesmo tempo, assistimos a um aumento de forças e formações à esquerda em países como França, Portugal, Espanha e Grécia. Em muitos países do Norte Global, o protesto mudou para questões relativas à migração. As discussões sobre a esquerda política foram muitas vezes limitadas à contradição

>>

“Convocamos todos para um intercâmbio global a fim de produzir uma teoria de classes que leve em consideração as características específicas das sociedades analisadas e, ao mesmo tempo, revelar tendências gerais em escala global”

incorreta de “classe” versus “identidade”. Algumas questões urgentes que surgem nessa situação incluem:

- Quais são as conexões entre estruturas econômicas, consciência política e cultura?
- Qual é a conexão entre classe e outros eixos de conflito (gênero, migração e etc.)?
- Que papel a desclassificação e a distinção desempenham dentro das classes dominadas? E como as relações de classe surtem efeito quando não há representação de interesses de classe nas organizações políticas?
- Que frações de classe são dominantes dentro de sociedades específicas, mas também em termos globais, e como elas articulam seus interesses?

Desigualdades específicas de classe e relações transnacionais de classe

Os países da OCDE são marcados por um aumento no desemprego, na pobreza e na precariedade, em parte acompanhados por uma estagnação do salário real ao longo de uma década. Disparidades em riqueza e renda estão atingindo picos dramáticos. Essa tendência parece estar se solidificando na medida em que as desigualdades específicas de cada classe estão se tornando obstáculos para um maior crescimento econômico, colocando, assim, uma ameaça à estabilidade política nos estados centrais da própria globalização neoliberal. No Sul Global, os conflitos de classe são freqüentemente baseados em relações econômicas heterogêneas e informais que incluem uma pluralidade (parcialmente coexistente) de modos de produção urbanos e rurais. Além disso, as tendências de desindustrialização atingiram hoje também países do Norte Global. Portanto, devemos perguntar:

- Como as classes se formam no contexto da globalização e de suas crises? Qual o papel dos Estados-Nação? Podemos nos referir a algo como classes transnacionais?
- Que lutas podem realmente ser concebidas como “lutas de classes” e quais não podem? Existem similaridades globais ou conexões entre essas lutas?
- Dadas as relações econômicas informais, como podemos descrever classes e conflitos de classe no Sul Global?

Crise ecológica

As causas da crise ecológica global, bem como as tentativas de lidar com ela, estão intimamente ligadas às relações de classe e às lógicas de acumulação do capital. O impulso constante para o crescimento econômico e para os ganhos de produtividade é indiferente a seus fundamentos ecológicos e a suas fronteiras biofísicas. Tanto o acesso aos recursos naturais como a distribuição dos riscos e encargos ecológicos são contestados em relação a classes específicas. Os pobres em todo o mundo – mas especialmente no Sul Global – suportam o fardo principal das fricções ecológicas. Esses conflitos sócio-ecológicos certamente aumentarão ainda mais no futuro. Uma teoria de classes contemporânea é obrigada a incluí-los sistematicamente:

- Qual é o impacto das distorções ecológicas nas lutas de classes?
- Como os encargos ecológicos afetam diferentes classes sociais?
- Que classe (ou fração de classe) pode ser convencida de uma transformação socioecológica?
- Quais interesses de classe impedem tal transformação?

> Uma chamada para o intercâmbio

Obviamente, há mais questões a serem abordadas e nem todas essas que foram mencionadas acima se referem a cada contexto nacional específico. Elas descrevem tendências que moldam o capitalismo mundial hoje. Por isso, convocamos todos para um intercâmbio global – um “diálogo global” – sobre essas questões, a fim de (mais adiante) produzir uma teoria de classes que leve em consideração as características específicas das sociedades isoladamente analisadas e, ao mesmo tempo, revelar tendências gerais em escala global. Estamos ansiosos para perguntas, cooperação e trocas de qualquer tipo. ■

Contato <projekt.klassenanalyse@uni-jena.de>

> Classes e interesses de classe na América Latina

Por **Pablo Pérez**, Centro de Estudos de Conflito e Coesão Social e Universidade Alberto Hurtado, Chile, e **Rodolfo Elbert**, CONICET, Instituto de Investigações Gino Germani, da Universidade de Buenos Aires, Argentina, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Movimentos Trabalhistas (RC44)



Demonstração do 1º de maio em Santiago, Chile, 2018.
Foto: Pablo Pérez.

Pesquisadores latino-americanos tentaram enterrar o conceito de classe diversas vezes nas últimas décadas. Desde a década de 1980, apesar de algumas diferenças nas abordagens, esses estudiosos têm sustentado que as políticas neoliberais enfraqueceram tanto a classe trabalhadora que ela não é mais capaz de influenciar a dinâmica do conflito social e político nas sociedades latino-americanas. Na última década, no entanto, os trabalhadores têm ignorado esse enquadramento que tentou se despedir de vez da classe trabalhadora. Organizando-se em torno de questões relacionadas ao trabalho, revitalizando a atividade sindical e exigindo uma distribuição de renda mais justa em aliança com outros movimentos populares, trabalhadores

>>

latino-americanos em países específicos têm insistido obstinadamente que a classe continua a ser um fator capaz de explicar o conflito e a política na região.

Certamente, desde o início dos anos 2000, o conceito de classe tem sido reintroduzido na agenda sociológica por meio da análise quantitativa da desigualdade socioeconômica (estudos de mobilidade de classe) e do estudo qualitativo da ação coletiva dos trabalhadores. Nosso trabalho faz parte dessa agenda mais ampla, com foco na classe como um mecanismo objetivo que molda resultados subjetivos, particularmente identidades e interesses de oposição. Nossa pesquisa recente, baseada em base de dados do International Social Survey Program, mostrou que 9 entre 10 indivíduos na Argentina e no Chile se identificam com uma classe social específica. Parece bastante para um conceito ultrapassado! Em ambos os países, os indivíduos na posição de classe trabalhadora são mais propensos a se verem como trabalhadores do que aqueles com uma posição de classe privilegiada. Descobrimos que as taxas globais de identificação da classe trabalhadora são mais altas no Chile do que na Argentina. Explicamos esses resultados observando a maior desigualdade e concentração econômica no Chile e a história da configuração de união partidária “radical” naquele país, comparada à incorporação estatutária corporativista do trabalho na Argentina.

Pensamos que esse tipo de pesquisa pode contribuir para a compreensão do conflito social e político em uma região que se encontra entre as mais desiguais do mundo. As classes não existem apenas na estrutura social e nas identidades dos latino-americanos: elas também podem ser observadas como moldando os interesses sociopolíticos das pessoas. Indivíduos de diferentes classes sociais pensam o mundo em termos de classe (provavelmente, mais do que alguns estudiosos aceitariam) e, frequentemente, participam de ações políticas para defender os seus interesses de classe – desde assinando petições e votando online, até ingressando em um sindicato ou partido político. Com base nisso, nosso novo projeto se concentra na relação entre estrutura de classe, ação coletiva e interesses de classe. Nós seguimos o trabalho de Erik Olin Wright, que define a consciência de classe como aqueles aspectos da consciência que têm um conteúdo de classe e efeitos pertinentes à classe. Ele argumenta que, em um nível micro de análise, a percepção subjetiva dos interesses de classe é um dos principais aspectos da consciência de classe. Baseando-se na estrutura de inspiração marxista de Wright, examinamos os interesses de classe observando as maneiras pelas quais pessoas de diferentes classes avaliam subjetivamente as instituições capitalistas e a dinâmica das classes sociais.

A literatura recente mostra que as pessoas da classe trabalhadora são mais propensas a terem atitudes críticas em relação ao capitalismo e à desigualdade social, a terem opiniões opostas sobre classe e a endossarem políticas redistributivas, sobretudo quando comparadas, digamos, à classe de empregadores ou de gerentes. Nossos resultados preliminares são consistentes com essa literatura: diferenças de países à parte, os latino-americanos da classe trabalhadora ou que possuem empregos informais têm posturas mais críticas em relação às instituições, ideias ou resultados neoliberais (por exemplo, são mais propensos a criticar as disparidades de renda ou a ausência de intervenção do governo) do que os entrevistados que fazem parte de uma classe privilegiada (por exemplo, os gerentes especialistas).

Nosso trabalho atual procura estender essas descobertas por intermédio do estudo de como a ação coletiva é um mecanismo que pode reforçar a compreensão das pessoas sobre os interesses materiais moldados por sua localização de classe. Assim, pretendemos contribuir para a análise desse lado menos examinado da relação causal entre classe, ação coletiva e consciência de classe. Nossa hipótese é a de que, em países com experiências recentes de mobilização popular radical – ou seja, países onde a classe trabalhadora e os setores populares têm sido atores centrais no apoio à ascensão da esquerda –, o impacto da localização de classes e da participação coletiva nos interesses é mais forte do que nos países com baixos níveis de política contenciosa, ou onde as pessoas da classe trabalhadora continuam a ser excluídas da mobilização política.

Acreditamos que vale a pena desenvolver essas investigações não porque a classe é a única fonte de ativismo político na região, mas porque pensamos que as possibilidades de um projeto político de emancipação na América Latina são determinadas pelo envolvimento político da classe trabalhadora. Esse tipo de ativismo certamente deve caminhar de mãos dadas com a mobilização contra outras formas de opressão (e sua interseção), como os missivos protestos e greves de mulheres contra o feminicídio e pela legalização do aborto na Argentina e no Chile, ou o mais recente movimento #EleNão no Brasil, onde mulheres e grupos racialmente oprimidos lideraram a luta contra o crescimento da extrema direita naquele país. Em um contexto histórico em que a direita está voltando ao poder, apenas uma classe trabalhadora empoderada que defenda seus interesses de classe em aliança com outros grupos oprimidos será capaz de construir um movimento de esquerda forte o suficiente para deter o neofascismo. ■

Contato com:

Pablo Pérez <pperez@uahurtado.cl>

Rodolfo Elbert <elbert.rodolfo@gmail.com>

> Pobreza e exclusão social na Rússia pós-socialista

Por **Svetlana Yaroshenko**, Universidade Estadual de São Petersburgo, Rússia



Trabalhando de casa.
Foto: Solmaz Guseynova.

Comecei a pesquisar a pobreza na Rússia no início dos anos 1990, quando as reformas do mercado liberal foram implementadas no país. A pobreza era considerada o custo da transformação social radical durante a transição do sistema distributivo soviético para o sistema capitalista. Supunha-se que a introdução do mercado criaria crescimento econômico, reduziria a pobreza e geraria as condições para que as pessoas buscassem a prosperidade econômica e se libertassem do apoio do Estado.

No entanto, contrariando tais previsões otimistas, e apesar da estabilidade econômica nos anos 2000, a pobreza persistiu na Rússia. De acordo várias estimativas, entre 11% e 25% da população russa pode ser identificada como pobre. A baixa taxa oficial de pobreza, de aproximadamente 13% em 2017, é produto de métodos mesquinhos usados para calcular a pobreza e o custo de vida mínimo, enquanto a baixa taxa de desemprego foi alcançada através da expansão do emprego informal e mal remunerado que as estatísticas contemplaram. A expansão acelerada das principais cidades da Rússia foi conseguida através da migração interna, imigração de trabalhadores das antigas repúblicas soviéticas e pobreza nas regiões não metropolitanas. Todavia, especialistas do governo reconhecem que apenas 40% dos russos podem aproveitar os benefícios da economia de mercado. Essa é a mesma percentagem de russos cujos rendimentos aumentaram nos últimos vinte anos, enquanto que os rendimentos dos

outros 60% permaneceram os mesmos ou diminuíram consideravelmente. A pobreza tem sido persistente entre pessoas com empregos e famílias com crianças. O coeficiente de Gini da Rússia confirmou o crescimento da desigualdade social, passando de 0,26 em 1991 para 0,421 em 2010.

Eu e meus colegas do Centro de Ciências de Komi conduzimos uma pesquisa qualitativa longitudinal de pessoas pobres registradas e levantamentos de residentes urbanos na zona Norte da Rússia, nos anos 2000. Descobrimos que a exclusão social estava se expandindo. Classe, gênero, e reações defensivas ao mercado econômico contribuíram para a persistência da pobreza e suas características específicas. A exclusão social tornou-se institucionalizada.

O setor de empregos de baixa remuneração se expandiu. A primeira reestruturação do emprego, nos anos 1990, levou a demissões na indústria pesada e à expansão dos setores de comércio varejista e serviços. Esses novos empregos geralmente eram mais bem pagos e proporcionavam benefícios mínimos. Posteriormente, na década de 2000, o setor público foi otimizado e o acesso aos serviços sociais, incluindo serviços não mercantis, como educação e assistência médica, foi restringido. À medida que a desindustrialização e, mais tarde, uma economia de serviços mercantilizada avançava rapidamente, surgiu uma discussão sobre qual setor havia sofrido mais com as reformas de mercado e, com efeito, quais eram os trabalhadores mais necessitados – trabalhadores de colarinho azul ou do setor público. Descobrimos que os trabalhadores de colarinho azul não foram apenas os primeiros a experimentar os efeitos negativos das reformas de mercado, mas também constituíam o maior segmento entre pessoas extremamente pobres.

Além disso, a maioria dos russos socialmente excluídos – ou seja, pessoas que vivem em extrema pobreza durante um período prolongado – trabalhava nas franjas do mercado >>

de trabalho. O mercado também teve impactos de gênero: descobrimos que a pobreza não era apenas altamente feminizada, mas também que os homens estavam sofrendo de uma generalizada “lumpenização”. Em metade dos nossos casos, as rendas das pessoas eram baixas demais para sustentar alguém mais além de si mesmas.

Se no início dos anos 2000, quanto menor era a classe social de uma pessoa maior a probabilidade de que ela caísse na pobreza, dez anos depois, o gênero não era mais dependente da classe social: mães solteiras de diferentes classes sociais eram mais propensas a sofrer dificuldades. Em outras palavras, a redução dos benefícios sociais anteriormente desfrutados pelos trabalhadores assalariados sob o socialismo realmente existente não foi compensada por oportunidades crescentes na emergente economia de mercado. A pressão das restrições estruturais aumentou: classe e gênero operaram em paralelo.

Enquanto as relações de mercado se estendiam ao emprego (produção e reprodução), a política social mudou radicalmente. Em meio à fé no mercado livre, à crítica inequívoca do socialismo realmente existente e à retórica generalizada sobre a necessidade de libertação do paternalismo soviético (o sistema soviético “inefcaz” e “totalitário” que moldou a cultura de dependência do Estado), houve uma redução verdadeira nas obrigações do Estado de manter um nível básico de bem-estar. Desde 1991, o método de cálculo do custo mínimo de vida na Rússia foi alterado três vezes e tornou-se mais rigoroso, e o salário mínimo deixou de se correlacionar com o custo mínimo de vida e de segurança financeira¹

Enquanto isso, o princípio da concessão de acesso a bens comuns, baseado no trabalho, foi mantido como um critério fundamental de política social, conforme evidenciado pela correlação do salário mínimo, aposentadorias e benefícios de educação infantil com o custo mínimo de vida². No entanto, o local de trabalho não é mais o epicentro da alocação de benefícios; foi substituído pelo agregado familiar. Ou seja, o acesso a benefícios para a criação de filhos, subsídios para moradia e assistência social direcionada é agora determinado pela avaliação da renda de uma família. A política social é implementada de forma seletiva, de acordo com a renda e a disposição do beneficiário para atender determinados requisitos.

Consequentemente, a pobreza foi estigmatizada: deixou de fazer parte da vida e de ser um fenômeno temporário, como na época soviética, para se tornar um problema persistente e total. Além disso, a provisão de assistência social foi gerenciada de tal maneira que as pessoas mais necessitadas são ignoradas. Entre os pobres registrados, um terço está em extrema pobreza, dois terços estão empregados e dois terços são famílias chefiadas por mulheres. Assim, o apoio social direcionado compensa os baixos salários. Não é mais um seguro contra os riscos de desemprego e pobreza.

Uma ideologia de responsabilidade individual exigiu que as pessoas extremamente pobres mobilizassem todos os recursos à sua disposição e fizessem esforços incríveis para evitar a pobreza e a exclusão social. Eles usam recursos acumulados em épocas anteriores para compensar os efeitos do sistema de emprego reestruturado, o colapso do antigo sistema distributivo socialista e a implementação do projeto de mercado mais liberal em um antigo país socialista. Os trabalhadores foram forçados a migrar para encontrar emprego e a aceitar segundos empregos ou empregos de meio período. As mulheres no setor de serviços lutam por questões de gênero, como trabalhadoras e como cuidadoras primárias em um contexto de assistência social privatizada. As aposentadorias são usadas para complementar os baixos salários: cerca de um terço dos nossos entrevistados que estavam empregados trabalhavam mesmo aposentados.

Atualmente, vemos o vórtice se expandindo, pois profissionais como médicos e professores universitários estão sujeitos à instabilidade econômica. Como mostrou a pesquisa de Tatiana Lytkina em uma parte deprimida da República Komi, a pobreza expandiu-se em círculos concêntricos, alcançando todos os habitantes de uma cidade. Claramente, as oportunidades e vantagens desfrutadas por certos grupos nas grandes cidades são supridas pelo mercado apenas porque desloca muitas outras pessoas para as margens da sociedade.

Enquanto isso, a recente proposta de reforma previdenciária do Estado, incluindo um aumento da idade mínima para aposentadoria, tornou-se uma arena para diferentes grupos políticos competirem por atenção, em vez de constituir um fórum para discutir as perspectivas do país e as necessidades dos russos comuns. Como nos anos 1990, os jovens russos foram às ruas da cidade para protestar, exigindo um futuro melhor para sua geração.

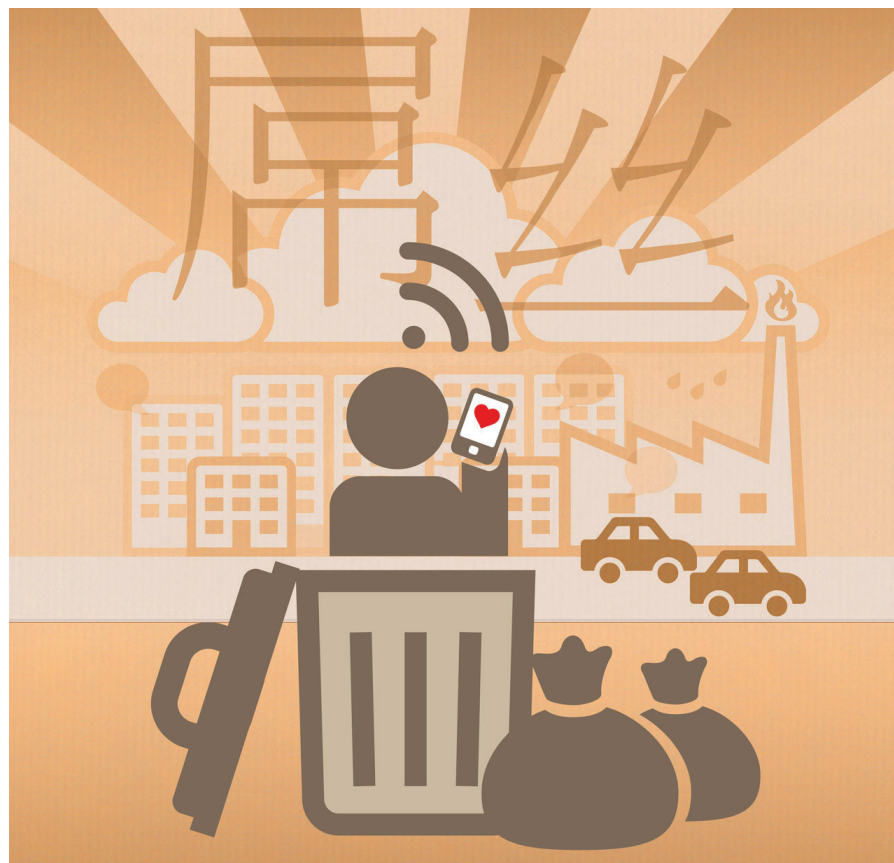
Este ensaio baseia-se nos seguintes artigos: Svetlana Yaroshenko (2017), “Lishnie liudi, ili O rezhime isklucheniiia v postsovetском obshchestve” [Pessoas supérfluas ou o regime de exclusão social na Rússia pós-soviética], *Ekonomicheskaiia sotsiologiia* 18 (4): 60–90; Tatiana Lytkina e Svetlana Yaroshenko (no prelo), “A sociologia do colarinho azul é possível na Rússia?”, *Mir Rossii*. ■

1. O salário mínimo foi atrelado ao custo mínimo de vida apenas a partir de 1º de maio de 2018.

2. Em 2010, o custo mínimo de vida para um indivíduo na Rússia era de 5.685 rublos. O salário mínimo era de 4.330 rublos por mês. O pagamento mínimo mensal do subsídio de desemprego era de 850 rublos, enquanto o pagamento máximo era de 4.900 rublos. O pagamento mínimo da aposentadoria por idade era de 6.177 rublos por mês, enquanto os bolsistas universitários recebiam um auxílio mensal de 1.340 rublos. O pagamento mínimo para o sustento dos filhos era de 2.020 rublos por mês, enquanto o salário médio mensal era de 20.952 rublos. Um rublo russo valeu 0,023 euros em 1º de janeiro de 2010; valeu 0,024 euros em 31 de dezembro de 2010.

> Lumpenproletariado e os subalternos urbanos na China

Por **Ngai-Ling Sum**, Universidade de Lancaster, Reino Unido



| Ilustração por Arbu.

Marx and Engels usaram o termo *lumpemproletariado* de modo descritivo, pejorativo e retórico. A *under-class* ocupa um lugar semelhante no discurso econômico e político atual, enquanto o “precariado” tem uma conotação mais positiva. Esse texto usa a noção gramsciana de classes “subalternas” ou “subordinadas”, que visa captar a natureza multidimensional da exploração, da opressão e da marginalidade, assim como a falta de autonomia dos grupos subordinados em relação à hegemonia dos grupos sociais dominantes. Meu estudo de caso aborda como a experiência vivida de pobreza e desigualdade por um estrato específico dos pobres urbanos na China após a crise financeira de 2008 alimentou o desenvolvimento de uma nova identidade – *diaosi* – que usa as redes sociais para criar narrativas pessoais e uma subcultura que inverte os valores e normas hegemônicos ao mesmo tempo em que tira sarro de si mesmo.

> A identidade subalterna de *diaosi* (perdedor) na China

A crise financeira de 2008 agravou as condições da *under-class* urbana, primeiro por causa do desemprego crescente, depois por causa dos efeitos dos mega-projetos urbanos e da especulação imobiliária ativados por um programa massivo de estímulo governamental. A explosão imobiliária alimentada pelo endividamento levou ao aumento dos preços dos imóveis, dos aluguéis e ao surgimento de cidades-fantasma; cada vez mais, trabalhadores migrantes precários tiveram que se submeter a longas horas de trabalho em troca de salários baixos e sem direito a moradia urbana e aos benefícios sociais relacionados. Aqueles que não tinham alojamento proporcionado pela fábrica tinham que pagar aluguéis altos por acomodações abaixo dos padrões mínimos nas periferias das cidades, ou viviam em lugares improvisados (sacadas, lajes, contêineres ou

>>

bunkers subterrâneos) nos centros urbanos. Em Pequim em 2014, por exemplo, cerca de um milhão de migrantes alugava quartos pequenos por cerca de 65 dólares por mês em abrigos antiaéreos e depósitos subterrâneos sem luz natural e com cozinhas e banheiros compartilhados. Eram trabalhadores mal-remunerados do setor de serviços, como garçons, cabeleireiros, zeladores, vendedores, mendigos, cozinheiros, guardas e pedreiros. Esses grupos subalternos são apelidados de “tribo de ratos” como C.Y. Sim mostra em seu vídeo de 2015 (legendado em inglês): <http://creativetimereports.org/2015/01/24/sim-chi-yin-rat-tribe-beijing-underground-apartments/>.

Desde o fim de 2011, muitos jovens migrantes, trabalhadores de fábricas reais ou digitais profundamente envolvidos pela cultura pop da internet e das redes sociais, passaram a expressar seus sentimentos de desigualdade e injustiça narrando sua marginalidade e subalternidade em termos de uma nova identidade. O lugar subjetivo de *diaosi* – que literalmente significa “fãs de um jogador de futebol famoso” – surgiu em meio a batalhas *online* entre fãs rivais. A identidade foi, então, reinterpretada jocosamente como “fãs de pênis”, um homônimo próximo. Essa tradução logo viralizou nas redes sociais. Dois meses depois de aparecer, já tinha gerado 41,1 milhões de busca no Google e 2,2 milhões de postagens no Weibo, rede chinesa similar ao Twitter. Jovens subalternos começaram a se autoproclamar *diaosi* e surgiu todo tipo de grupos e redes sociais (por exemplo, os chats YY e QQ).

Novos significados foram acrescentados conforme o discurso e a identidade circularam nas redes sociais. Rapidamente passou a condensar os sentimentos de desigualdade, marginalidade, exclusão, dificuldades econômicas, frustração e humilhação dos trabalhadores migrantes, bem como seus desejos frustrados de relacionamento e consumo. Eles representam a si mesmos como tendo origem desprivilegiada, ganhando salários miseráveis, consumindo pouco e tendo escassas conexões sociais. Seu baixo status social combina-se com o sentimento de viver uma vida desvalorizada: longas horas de trabalho, moradia precária, carreira incerta, ausência de vida doméstica, culpa diante dos pais e uma vida afetiva vazia. Isso se reflete, por exemplo, nas narrativas dos *diaosi*

sobre como eles passam o dia dos namorados, o natal, os feriados e aquelas horas de suas noites em que procuram companhia na internet. Esses discursos afetivos vindos das margens expressam experiências sociais coletivas surgidas das desigualdades da vida econômica e social.

A existência cotidiana da subalternidade *diaosi* também se expressa por meio de um binário biopolítico que expressa os dois principais tipos de corpo marcado por gênero, baseados em seu acesso desigual a renda, consumo, oportunidades, redes de poder, amor, romance e intimidade. Os *diaosi* masculinos se autodepreciam como perdedores “pobres, baixos e feios”. Sem dinheiro e atributos físicos, eles se vêem como incapazes de impressionar as mulheres com presentes ou beleza. Eles “não têm carro, nem casa, nem noiva/namorada” e passam a maior parte do tempo em casa, usando celulares baratos, navegando na internet e jogando jogos como DOTA. Essa construção se espalhou rapidamente para as mulheres subalternas. Por outro lado, há os *gaofushuai*. Os membros desse grupo superior são (1) “altos, ricos e bonitos”; e (2) “princezinhos” com conexões especiais no partido e no Estado que os permitem obter vantagens. Eles têm “três tesouros” (*iPhone*, carro esportivo e relógios caros) e conseguem atrair mulheres bonitas. Esse binário envolve uma combinação de crítica latente, auto-escárnio e autoproteção. É uma maneira prosaica de protestar e aliviar a insegurança diária na China do capitalismo de Estado. Os outros abismos entre esses dois grupos imaginados se expressam online por meio de desenhos, fotografias, programas de TV, diálogos fictícios etc. Os dois grupos têm meios de transporte diferentes (ônibus vs. BMW), *smartphones* diferentes (*Nokia* vs. *iPhone*), alimentação diferente (lojinha da esquina vs. restaurantes caros) e encontros românticos diferentes. Em suma, as narrativas dos *diaosi* fazem graça de uma sina sem futuro ou esperança; do vazio emocional na vida amorosa; da hostilidade latente contra o elitismo social encarnado pelos princezinhos; e do desespero de não ser aceito numa sociedade desigual. ■

Contato com Ngai-Ling Sum <n.sum@lancaster.ac.uk>

> Formação de classe e capitalismo agrário

Por **Tania Murray Li**, Universidade de Toronto, Canadá



Vilarejo cercado por plantações de óleo de palma. Foto: Tania Li.

Quem possui o quê? Quem faz o quê? Quem ganha o quê? O que é feito com o excedente? Essas quatro questões, colocadas de modo conciso por Henry Bernstein, oferecem ponto de partida útil para a análise da formação de classe rural. As perguntas funcionam especialmente bem em lugares onde a propriedade da terra rural e a capacidade de investir o excedente para ganhar escala e eficiência determinam quais fazendeiros podem manter suas fazendas e acumular, e quais são espremidos até perderem suas terras. Eu estudei um lugar assim num canto remoto da Indonésia, onde tracei a rápida formação de classes rural depois que camponeses indígenas separaram seus lotes da propriedade comum e começaram a plantar cacau. A partir dali, eles perderam a opção de se abrigar na produção de subsistência já que seus pequenos lotes não bastavam para plantar alimento suficiente para a família e ainda cobrir o custo monetário de necessidades como vestimenta e mensalidades escolares. Eles tinham, então, que intensificar a produção voltada para o mercado e torcer para fazer dinheiro suficiente para cobrir as necessidades familiares e manter suas propriedades produtivas. Aqueles

que falhavam perdiam a terra. Foi um caso exemplar do que ocorre quando fazendas pequenas se transformam em pequenas empresas: governados por relações capitalistas, seus proprietários tornam-se vulneráveis a perder tudo quando não conseguem investir para manter seu negócio competitivo; e não podem ficar no mesmo lugar, porque já não conseguem sobreviver com o que ganhavam.

O processo de formação de classes rural que acabei de descrever é cada vez mais influenciado por um conjunto de outros fatores. Os mais importantes são as transferências governamentais e as remessas em dinheiro de parentes. Uma família camponesa que recebe auxílios como o Bolsa Família, do Brasil, ou remessas de membros que trabalham em outro lugar, tem uma proteção contra a perda da propriedade em momentos de dificuldade (por exemplo, quando os preços estiverem baixos, quando tiver dívidas, más colheitas, doença ou emergências familiares). Remessas podem ser usadas para comprar terra, emprestar dinheiro ou investir em educação. Também podem ser usadas para construir casas impressionantes ou fazer festas de casamento elaboradas, o que pode parecer desperdício, mas serve para construir

>>

relações sociais familiares e aumentar o acesso a recursos produtivos (contratos, empréstimos, informação, subsídios). Hoje, podemos encontrar casas construídas com remessas e outros sintomas da transformação do papel da terra, do trabalho e do capital nas zonas rurais de toda a África, Ásia e América Latina. Assim, as quatro questões destacadas acima (quem possui o quê, quem faz o quê, quem ganha o quê e o que é feito com o excedente) ainda podem servir para analisar a formação de classe rural, mas precisam ser reinterpretadas de modo mais amplo para incorporar um escopo maior de relações extra-agrícolas.

Avançando na escala, de propriedades pequenas ou familiares para o controle sobre grandes porções de terra, a análise de classe se torna ainda mais complicada devido a fatores não-mercadoológicos que determinam “quem possui o quê” e “quem ganha o quê” nas áreas rurais. Nas Filipinas, assim como em grande parte da América Latina, grandes proprietários que obtiveram suas terras nos tempos coloniais espanhóis dominam a política e determinam as regras, de modo que conseguem manter as propriedades independente de serem ou não produtivas. Na Indonésia e em outros lugares do Sudoeste Asiático onde não há histórico de grandes propriedades coloniais, políticos e funcionários do governo usam seus poderes oficiais e não-oficiais para assegurar o controle sobre grandes extensões de terras. Nesses lugares, não é a terra que proporciona cargos políticos, mas o contrário. Já que a terra pode ser mantida para especulação ou vendida em dinheiro, ser um “proprietário de terras” não tem necessariamente algo a ver com capitalismo ou agricultura.

Tornou-se urgente compreender o caráter de classe das grandes fazendas e plantações, porque essa forma de produção está se expandindo rapidamente. Na Indonésia, por exemplo, plantações massivas de dendezeiro (*oil palm*) cobrem 10 milhões de hectares e o governo quer expandir a área para 20 milhões. No Laos e no Camboja, são os seringais que ocupam cada vez mais espaço. No Brasil e países vizinhos, são as fazendas mecanizadas de soja. Com frequência, essas fazendas, sejam de propriedade de indivíduos ou de corporações multinacionais, não são propriamente “capitalistas”, porque não pagam preços de mercado por nenhum de seus insumos. Elas recebem enormes subsídios na forma de arrendamento ou venda de terra devoluta a preços mínimos ou mesmo de graça, infraestrutura providenciada pelo Estado, abatimentos fiscais e crédito barato. Às vezes, também obtêm trabalho barato, proporcionado por esquemas de migração organizados pelo Estado. Na verdade, o “investidor”

multinacional – frequentemente imaginado como o capitalista-modelo – pode ter de investir muito pouco ou nada, dependendo de insumos gratuitos ou subsidiados. Grandes empreendimentos agrários podem basear-se em contratos de fornecimento ou arrendamentos, o que embaça a percepção sobre quem possui o quê e sobre quem ganha qual parte do dinheiro que flui. Os subsídios para as grandes propriedades são justificados com o argumento de que produtores de grande escala trazem “desenvolvimento” e empregos – ignorando os empregos e o desenvolvimento mais diversificado que eles de fato eliminam, ou as oportunidades de coerção e extorsão que vêm junto com sua posição monopolista.

Funcionários e políticos lucram com a expansão dos grandes empreendimentos agrários, que criam uma corrente de oportunidades com licenças, taxas, propinas e extorsão. Eles muitas vezes fazem parte das diretorias das empresas. Como podemos analisar a configuração de classe desses híbridos pessoal-estatal-corporativos? As relações de classe observáveis entre capital e trabalho no local da produção ainda são importantes, mas outras escalas e relações também precisam ser examinadas. O capital global não pousa num país como Brasil ou Indonésia por conta própria – seu caminho é demarcado por todos os tipos de vínculos, coalizões, leis e discursos. Alguns dos termos emergentes na literatura destacam a interligação de poderes estatais e não-estatais para possibilitar esse tipo de investimento, por “elites predatórias” ou “capitalistas de compadrio”. Esses híbridos não são exclusivos da agricultura no Sul Global. Grandes corporações costumam ser apoiadas por favores políticos e monopólios estatais, e colhem grandes lucros de sua capacidade de capturar rendas imerecidas. As quatro perguntas iniciais ainda podem servir como guia para analisar essas formações: ainda precisamos saber quem possui o quê, quem faz o quê, quem ganha o quê e o que é feito com o excedente. Mas, outra vez, as questões precisam ser estendidas para incorporar formas de propriedade, trabalho e investimento que operam entre diferentes escalas. Quanto mais alargadas e complicadas as formações de classe, mais obscuras elas parecem aos olhos dos trabalhadores, arrendatários ou pequenos proprietários presos em relações extrativas que não conseguem sequer compreender, muito menos contestar. ■

Contato com Tania Murray Li <tania.li@utoronto.ca>

> Sobrevivendo (e resistindo) às reformas do bem-estar social no Reino Unido

Por **Ruth Patrick**, Universidade de York, Reino Unido

| Direitos autorais: Poverty 2 Solutions, 2017.



Nos últimos 35 anos, o sistema de bem-estar social do Reino Unido sofreu reformas e mais reformas. Foram realizadas mudanças para acabar com o que os políticos muitas vezes chamam de “cultura de dependência da assistência social” e abriu-se ainda mais espaço para a condicionalidade – a exigência de determinadas condições (geralmente relacionadas ao trabalho) para receber os benefícios. Mudanças significativas ocorreram durante os governos do Novo Trabalhismo e, após 2010, sob liderança dos Conservadores. A escala dos cortes de ajuda estatal foi estonteante e suas consequências, extremas. Alguns dados são esclarecedores.

Comparado com 2010, até 2021 serão gastos [£37bi a menos](#) com bem-estar social para pessoas em idade ativa, apesar da inflação e dos custos de via crescentes. Representa um corte de 25% sobre o total de gastos com benefícios. Grande parte dos cortes são naqueles voltados para os deficientes, que se destinam a ajudar algumas das pessoas mais vulneráveis de nossa sociedade.

Não surpreende que o impacto desses cortes será sentido

por muitas das famílias pobres do Reino Unido em termos de aumento da pobreza infantil, miséria e dependência de doações de alimentos. O Instituto de Estudos Fiscais estima que a pobreza infantil absoluta subirá quatro pontos percentuais entre 2015-2016 e 2012-2022, e três quartos desse aumento (o equivalente a 400.000 crianças) são atribuídos às mudanças nos benefícios sociais. Uma instituição de caridade – a Fundação Joseph Rowntree – estima que mais de [1.5 milhões](#) de pessoas passaram por situação de miséria entre 2017, enquanto o maior ‘banco de alimentos’ (realiza doação de alimentos à pessoas necessitadas) do Reino Unido – o Fundo Trussel – distribuiu [1.332.952](#) pacotes emergenciais de comida para três dias durante o ano de crise financeira entre 2017-2018.

Apesar dessas cifras, o governo do Reino Unido continua com a intenção de mudar os benefícios, apresentando justificativas para sustentar seu projeto de reforma da assistência. A implementação do Crédito Universal, um benefício destinado a simplificar o sistema e aumentar os incentivos para trabalhar, prossegue, mesmo tendo apresentado muitos problemas de desenho e operacionalização. A primeira-ministra Theresa May afirma que “o trabalho

>>



Imagem do filme “Tudo isso junto. Os benefícios são sempre uma escolha de estilo de vida?”, apresentado pela Dole Animators (2013).

é a melhor saída para a pobreza,” apesar das evidências de que dois terços das pessoas pobres vivem em domicílios nos quais alguém está trabalhando.

> As experiências vividas da reforma do bem-estar social

Nesse contexto, é essencial explorar as experiências cotidianas relacionadas às mudanças no sistema de bem-estar e documentar o impacto de sua reforma na vida das pessoas diretamente afetadas. Foi esse o objetivo do estudo [As realidades cotidianas da reforma da assistência social](#), que acompanhou um pequeno número de pessoas afetadas pelas mudanças numa cidade do norte da Inglaterra. Por meio de entrevistas com pessoas que buscavam emprego, pais ou mães solteiros e pessoas com deficiência, foi possível traçar os impactos da reforma na vida das pessoas, e mostrar que uma narrativa política sobre a eficácia da reforma contradiz fortemente as experiências dos indivíduos diretamente afetados.

Para os participantes do estudo, as recorrentes alterações nos benefícios criaram um clima de insegurança social, mantendo-os constantemente preocupados e ansiosos sobre os impactos das mudanças e como fariam para lidar com eles. O processo de pleitear os benefícios também causa preocupação. As perícias, em particular, são uma fonte de medo e incerteza extremos para os deficientes. Sharon descreveu como se sente por ter seus benefícios de deficiência constantemente reavaliados: “Me estressa muito... penso nisso o tempo todo”.

Além disso, a crescente condicionalidade da assistência social é experimentada de modo muito negativo. A ameaça de sanções e perda de renda é uma possibilidade constante que preocupa os beneficiários e os deixa com medo de não conseguirem pagar as contas se perderem o direito. Até as pessoas que cumprem sem problemas cada uma das condições têm medo e resistem a buscar a “ajuda” da agência de empregos *Job Centre Plus* por medo de que lhes sejam impostas mais condições e de que se torne mais provável que sofram sanções.

Há evidências de crescente pobreza. Muitos participantes lembraram de escolhas difíceis que tiveram que fazer (às vezes diariamente) entre aquecer a comida ou comer, ou então de pais que não comiam para poder alimentar seus filhos. Como disse Chloe: “Somos miseráveis, somos tão pobres. É como se vivêssemos – sabe quando a gente vê uma dessas propagandas – por favor alimente minhas crianças. Alimente minhas crianças!”

A pesquisa também mostra como as pessoas vivem o estigma dos benefícios, e sentem como se seu próprio direito a receber estivesse sendo questionado pelo regime de condicionalidade e pelas constantes reavaliações. Elas também descrevem o preconceito institucional que sofrem quando vão à agência de empregos ou quando procuram trabalho para poderem manter o benefício. Muitas vezes, encontram funcionários que os desprezam ou os tratam como se não tivessem dignidade ou merecessem respeito. Sophie explica: “Basicamente eles olham pra nós como lixo”.

Em geral, a pesquisa ilustra a contradição aguda entre a caracterização política da “assistência social” e as experiências vividas, os modos como os problemas do sistema tornam a vida dos pobres ainda mais difícil.

> Resistência crescente

Nos últimos anos, lado a lado com as mudanças nos benefícios, o Reino Unido também testemunhou uma resistência crescente às reformas. Ela vem, em parte, de pessoas que experimentaram diretamente a pobreza ou receberam seguro-desemprego e visa desafiar a caracterização pejorativa da “assistência,” bem como defender transformações positivas. Por exemplo, alguns dos participantes do nosso estudo se reuniram em 2013 para fazer um filme documentando suas experiências, o que ficou conhecido como o projeto [Dole Animators](#). O grupo continua ativo e recentemente se envolveu com a iniciativa [Poverty 2 Solutions](#), trabalhando com outros dois grupos para desenvolver um programa com sugestões efetivas para combater a pobreza. Esses dois exemplos juntam-se a inúmeros outros, e evidenciam o inconformismo com a definição enviesada de reforma da assistência propagada por muitos políticos. Essa atividade é muito importante e oferece alguma esperança no atual contexto de aumento da pobreza e piora do sistema de assistência. ■

Contato com Ruth Patrick <ruth.patrick@york.ac.uk> ou pelo Twitter [@ruthpatrick0](#)

> Classes e ecologia

Por **Richard York**, Universidade do Oregon, EUA e **Brett Clark**, Universidade de Utah, EUA

Para construir um mundo melhor e salvar o meio ambiente, a influência do capital sobre o mundo precisa ser quebrada. . I. Ransley/ flickr.



O capitalismo é um sistema baseado na busca incessante da acumulação por e para a classe capitalista. Isso é feito por meio da expropriação e da exploração, gerando inevitavelmente degradação ambiental e desigualdades sociais.

A expropriação – um processo de roubo – envolveu a destruição do direito consuetudinário e a dissolução das relações produtivas não-capitalistas, assim como a escravização. A violência colonial e os roubos de terras ajudaram a privatizar os meios de produção, criando um sistema de acumulação racializado. Esse processo permitiu o saque de recursos naturais e povos mundo afora, servindo

como base para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Os povos despossuídos foram então forçados à vender sua força de trabalho em troca de salários que os permitissem comprar os meios de subsistência. Nos países pobres, a taxa de exploração da força de trabalho é extremamente alta. A superexploração leva à transferência massiva de ganhos para os países capitalistas centrais. Os capitalistas controlam o excedente social – produzido pela sociedade como um todo, em sua interação com o mundo biofísico – e acumulam capital. Como se não bastasse, expropriam trabalho reprodutivo social não-pago. Esse trabalho é realizado desproporcionalmente pelas mulheres, o que cria desigualdades sociais adicionais.

>>



O capitalismo põe em risco o bem-estar das pessoas e o meio ambiente. M. Crandall/ flickr. Direitos reservados.

Dado o imperativo de crescimento do capitalismo, esse sistema não respeita fronteiras. Para que as operações econômicas se sustentem em escala cada vez maior e mais intensa, cada expansão do sistema produtivo gera demandas adicionais de recursos (por exemplo, matérias primas e energia) e cria mais poluição. O resultado é degradação ambiental progressiva em escala nunca vista na história da humanidade, excedendo a capacidade de regeneração dos ecossistemas, rompendo ciclos naturais e exaurindo recursos. O metabolismo social alienado do Capital – a relação de troca entre a sociedade e o mundo biofísico – torna-se evidente pela mudança climática, pela perda de biodiversidade e a acidificação dos oceanos, só pra ficar em algumas das preocupações ambientais mais urgentes.

Na lógica do capital, tudo no mundo – pessoas, não-humanos, plantas, rochas, ar, água e assim por diante – serve como meio para facilitar a acumulação privada de lucros. Quando se compreende devidamente o funcionamento do capitalismo, as conexões íntimas entre exploração de classe e degradação ambiental tornam-se claras. Isso também ilustra a importância de uma luta de classes que inclua a luta por justiça social e os movimentos ambientalistas radicais.

Contudo, a dominação do capitalismo ao redor do mundo distorceu a percepção não apenas sobre as causas dos problemas ambientais e das injustiças sociais, mas também sobre o que significa melhorar a condição humana. Por dois séculos – e cada vez mais, após o fim da Segunda Guerra Mundial –, aceitou-se na maioria dos países que o crescimento econômico seria sinônimo de “progresso social” e “desenvolvimento.” Assim, dá-se por certo que as sociedades devem perseguir o crescimento econômico ilimitado (conforme medido pelo valor de troca monetizado). Supõe-se que isso leve ao aumento da

demanda e melhore a quantidade e a qualidade dos bens e serviços, proporcionando ganhos a todos, ainda que de forma desigual. Esse tipo de desenvolvimento é exaltado por líderes dos negócios e de governos como a solução para a pobreza e como o meio de melhorar as condições dos trabalhadores. Também é identificado como o caminho apropriado para enfrentar os problemas ambientais, porque incentiva a inovação tecnológica. Em outras palavras, diz-se que toda melhoria depende de crescimento econômico contínuo. Essa ideia disseminada ignora completamente o fato de que o programa de modernização do capitalismo causou uma longa série de problemas ambientais, além de ter deixado centenas de milhões de pessoas na pobreza e de ter criado desigualdades extraordinárias nas nações e entre elas.

Mesmo assim, em parte devido à dominação ideológica do capital, suas organizações estruturais, seu poder global e seu sistema alienado de produção, muitos trabalhadores, sindicatos e até mesmo governos inclinados à esquerda ao redor do mundo aceitam em parte ou até totalmente a agenda de desenvolvimento capitalista como o único meio para melhorar a qualidade de vida. Um aspecto especialmente maléfico disso é que muitas das pessoas que são prejudicadas pelo capitalismo não culpam os capitalistas ou o sistema econômico por suas desgraças, mas, ao invés disso, culpam os ambientalistas, os imigrantes, as feministas, as pessoas de outras raças e diversos outros grupos – que na verdade não são seus inimigos, mas seus aliados em potencial.

O modo de funcionamento do capitalismo cria muitos desafios e obstáculos à mobilização contra o sistema. O sistema econômico global estratificado leva ao desenvolvimento desigual, onde o trabalho barato no Sul global é utilizado para produzir bens destinados ao Norte.

Sob essas condições, o excedente econômico é transferido para os capitalistas do Norte, enquanto a degradação ambiental e a poluição industrial associadas à produção de mercadorias básicas concentram-se desproporcionalmente no Sul. Para piorar, as consequências imediatas da mudança climática, como enchentes e secas severas, já produzem efeitos devastadores no Sul global, em especial entre as populações mais vulneráveis. As operações capitalistas resultaram numa cadeia de injustiças ambientais, que pesam sobretudo para os não-brancos e os pobres, resultando em divisões e desigualdades adicionais entre as populações. Ao mesmo tempo, o capital exerce seu poder e influência para manter suas operações e evitar debates sérios e ação política contra os problemas ambientais, como a mudança climática. Assim, o sistema capitalista gera várias contradições sociais e ecológicas. Fica claro que é necessária uma revolta ampla e unificada, composta por diversas classes, com distintas experiências de expropriação e exploração. Entretanto, o modo como essa oposição se organiza e transcende as fronteiras geográficas e as divisões sociais ainda é um processo em aberto.

Esse levante global oferece a possibilidade de criar um mundo melhor. Algumas das fundações dessa transformação revolucionária incluem desafiar a maneira como o capitalismo enquadra o significado do desenvolvimento, da melhora dos padrões de vida, da qualidade de vida e, inclusive, da riqueza. A essência do capitalismo é contrária à satisfação das necessidades humanas, ao avanço da justiça social e à prevenção da degradação ambiental. A alternativa radical ao capitalismo é construir sociedades cujo objetivo central não é expandir a produção e o consumo para facilitar a acumulação de riqueza privada, e sim melhorar a vida das pessoas por meio da construção de comunidades baseadas na igualdade e na justiça, onde todas as pessoas não apenas tenham suas necessidades básicas supridas, mas também

possibilidade de cultivar a criatividade, tempo de lazer e prazeres estéticos, incluindo um meio ambiente agradável. Construir essa alternativa não requer combustível fóssil, mais carros, mais aviões, mais plástico, mais bens eletrônicos, mais *shopping centers* ou mais plantações automatizadas. Não exige mais destruição ambiental. Requer, isso sim, mudanças sociais, políticas e econômicas.

Em suma, destruir o controle do capital sobre o mundo é necessário para construir uma sociedade que sustente diversos ecossistemas, um clima estável e um ambiente não-tóxico, ao mesmo tempo em que possibilite uma boa qualidade de vida para todos os seres humanos. À luz dessa verdade, as abordagens neoliberais para enfrentar os problemas ambientais, que buscam por soluções de mercado e remendos tecnológicos, estão fadadas a fracassar. O que é necessário é um movimento ambientalista radical que desafie o poder e trabalhe pela reestruturação das relações socioeconômicas, criando trabalhos significativos, não-alienados. Para tanto, é preciso confrontar o legado do colonialismo e do imperialismo, e como ele serviu para perpetuar as injustiças raciais e econômicas entre as nações. É também preciso eliminar a rapina sobre os ecossistemas perpetrada pelas corporações, governos e organizações de desenvolvimento.

Se desejamos construir um mundo melhor, socialistas, feministas, anticolonialistas e outros que trabalham pela justiça social devem reconhecer que a crise ambiental não é apenas um problema entre muitos, mas que se entrelaça com a opressão dos povos e está no centro das contradições do capitalismo. ■

Contato com:

Richard York <rfyork@uoregon.edu>

Brett Clark <brett.clark@soc.utah.edu>

> O efeito “coleira apertada”

Capitalismo além do crescimento rápido

Por **James K. Galbraith**, Universidade do Texas, EUA, e **Klaus Dörre**, Universidade de Jena, Alemanha



A conferência “Grande Transformação”. O Futuro das Sociedades Modernas terá lugar em Jena, Alemanha, em setembro de 2019.
Direitos autorais: Sarah Cords.

As economias dos países industrializados deixaram para trás a era do crescimento econômico acelerado. Uma das razões para o fim do crescimento acelerado é que nesses países há uma tendência à queda dos lucros que James Galbraith chamou “efeito coleira apertada.”

O termo descreve o fato de que a economia intensiva em recursos e energia que emergiu depois de 1945, tanto no Ocidente quanto no Oriente, e que garantiu prosperidade por meio de altas taxas de crescimento, não pode se prolongar sem transformações porque a eficiência das economias desse tipo só pode aumentar enquanto os recursos permanecerem baratos. Contudo, o uso intensivo de recursos também significa custos fixos elevados, que são amortizados somente no longo prazo. Esses custos só podem ser justificados se há expectativa de que o sistema permaneça lucrativo por muito tempo. Por isso, a estabilidade política e econômica é uma condição funcional central desse tipo de atividade econômica. Devido a suas exigências de estabilidade, sistemas que têm custo fixo alto são particularmente vulneráveis. Mas o que ocorre quando há incertezas e os preços das matérias primas e da energia sobem? O horizonte de tempo para os lucros e investimentos se comprime e o excedente total das companhias é mais baixo que em tempos de estabilidade. Quando os lucros encolhem, o conflito distributivo em todos os níveis – entre trabalhadores, gestores, proprietários e autoridades fiscais – se intensifica, afinal a confiança no desenvolvimento positivo começa a vacilar.

Esse efeito “coleira apertada” se intensifica ainda mais se (a) há escassez de um recurso crucial, no sentido de que a demanda agregada excede a oferta total a preços normais, e (b) a oferta de tal matéria prima pode ser manipulada por retenção e especulação.

Como a coleira apertada de um cachorro, o efeito não necessariamente impede o crescimento econômico. Mas

conforme se acelera o consumo de matérias primas e recursos energéticos, os preços sobem rapidamente e lucros despenham. Isso diminui os investimentos, semeia dúvidas sobre a sustentabilidade do crescimento e pode levar a um aperto (perverso) em outros fatores econômicos.

Essas considerações deixam de fora os altos custos da mudança climática. Os custos de matérias primas e energia não são as únicas causas da grande crise de 2007-2009, nem a única causa das taxas relativamente baixas de crescimento nos velhos centros capitalistas. Todavia, conforme o custo da mudança climática sobe, o problema dos recursos pode se tornar um enorme obstáculo para o crescimento. O problema é óbvio: para permitir a continuidade da vida organizada no planeta, são necessárias reduções massivas nas emissões de carbono, e isso será caro; adicionalmente, muitas das atuais atividades que consomem energia se tornariam simplesmente inviáveis do ponto de vista dos lucros.

Apesar de toda a controvérsia interna, é importante analisar o tema devido a suas consequências para os debates sobre capitalismo, crescimento e democracia – em pelo menos três pontos. Primeiro, torna-se claro que as sociedades pós-crescimento – mais precisamente, as sociedades capitalistas de crescimento baixo ou zero no Norte rico – são uma realidade social. As causas dessa situação são em parte estruturais, em parte políticas. Com a conversão de dívida privada em dívida pública com o objetivo de salvar os bancos, os países da zona do euro compraram tempo, mas entre as medidas adotadas não houve uma solução sustentável para os desequilíbrios econômicos estruturais. A política europeia de austeridade falhou, e até mesmo alguns de seus protagonistas agora o admitem, especialmente no caso grego.

Mas políticas keynesianas com salários mais altos e demanda aquecida não são realmente uma alternativa. As propostas atuais negligenciam as disparidades de poder que se consolidaram ainda mais com o regime de endividamento europeu. Ajustes em países individuais não resolvem muita coisa, porque os mercados financeiros estão conectados globalmente e os investidores avaliam os riscos internacionalmente. Em outras palavras, há obstáculos estruturais para uma recuperação econômica duradoura. É possível que em certos países e regiões a economia cresça a altas taxas por um bom tempo, mas o crescimento e a distribuição estão se tornando cada vez mais desiguais, e no geral não se pode esperar um retorno ao crescimento elevado do passado.

Segundo, se isso estiver correto, implica que não faz sentido exagerar normativamente o sentido de sociedade pós-crescimento nem reserva-lo para alternativas pós-

capitalistas. Ao contrário, precisamos descobrir o que crescimento lento a taxas permanentemente baixas significa para a relação entre capitalismo e democracia. Obviamente, as economias capitalistas podem estagnar por longos períodos (veja-se o Japão e a Itália) ou mesmo encolher (Grécia) sem que ocorra qualquer alteração em sua estrutura socioeconômica. E quanto às estruturas de poder, é possível que um capitalismo se mantenha relativamente estável com baixas taxas de crescimento por longos períodos – mas se isso se aplica à estabilidade das instituições e procedimentos democráticos é outra questão.

Terceiro, isso também significa que, se defendemos que um retorno ao crescimento acelerado não é possível, parecem pouco promissoras tanto a ideia de uma economia estagnada ou mesmo em encolhimento, quanto a crítica rasa ao crescimento e ao capitalismo. Ao invés disso, a solução poderia ser uma nova economia de crescimento deliberadamente lento, mas que incorpora os fundamentos biofísicos da ciência econômica em seu mecanismo de funcionamento. Economias estagnadas ou mesmo em encolhimento sempre vão produzir poucos vencedores e muitos perdedores. Por isso, no futuro será exigido um tipo de atividade econômica capaz de garantir crescimento estável, ainda que lento, por longos períodos. Sugerimos que um capitalismo descentralizado e de crescimento lento é desejável. Esse capitalismo, todavia, se diferencia significativamente de suas variedades financeirizadas. Ele teria que reduzir drasticamente o tamanho de instituições e organizações (as forças armadas) cujos altos custos fixos incluem um uso intensivo de recursos, e abolir de todo o setor bancário. Seria possível garantir a todos os cidadãos um nível de vida decente, tornar possível a aposentadoria precoce, aumentar muito o salário mínimo, aliviar o peso dos impostos sobre os trabalhadores, mas aumentar significativamente os impostos sobre herança e doação. Sobretudo, deve incentivar os gastos ativos numa infraestrutura social e ambientalmente sustentável ao invés da acumulação passiva. Se esse é um cenário realista, permanece uma questão em aberto.

A sociologia deve auxiliar na busca por respostas. Tentaremos durante a conferências “A Grande Transformação: O Futuro das Sociedades Modernas” [*Great Transformation: The Future of Modern Societies*], que ocorrerá no fim de setembro de 2019 na cidade universitária alemã de Jena. Lá, queremos lançar uma rede de pesquisa que abrirá a oportunidade para sociólogos e economistas participarem de um diálogo global sobre o futuro para além do crescimento acelerado. ■

Contato com Klaus Dörre <klaus.doerre@uni-jena.de>

> A condição pós-crescimento

Por **Éric Pineault**, Universidade de Québec em Montreal, Canadá, e membro do Grupo de Pesquisa Sobre Sociedades Pós-Crescimento da Universidade de Jena, Alemanha



O crescimento econômico há muito tempo está no centro da política ocidental. Foto: LendingMemo.com./flickr. Direitos reservados.

O crescimento, nas sociedades capitalistas, tem múltiplos significados e implicações, assim como o espectro de seu colapso ou seu fim. É ao mesmo tempo um fato material, uma representação monetária de escala econômica e uma ideia, uma ideia central e muito difícil de desafiar nas sociedades capitalistas. Sob a condição do pós-crescimento, lançar esse desafio torna-se não apenas possível, mas necessário.

O crescimento é, em primeiro lugar, aquilo que o PIB e outras medições das contas nacionais medem: o tamanho e a dinâmica do capitalismo como economia monetária produtiva. Inclui a quantidade de mercadorias produzidas (produto) e consumidas (demanda); o acúmulo de excedentes; e o investimento em capital fixo, seja tangível (máquinas) ou intangível (P&D, patentes). Isso se traduz em emprego, gerando ganho monetário em forma de salários, lucros, impostos, juros e dividendos.

Dessa estreita perspectiva econômica, crescimento significa mais produção e maior capacidade de produzir. A taxa de crescimento, expressa numa porcentagem, representa a intensidade desse processo expansionista. Nas sociedades capitalistas modernas, o crescimento é o estado “normal” das economias, e um único número – o PIB – expressa e abarca a miríade de relações sociais e materiais que compõem esse fato. Uma taxa de crescimento baixa será acompanhada pela emergência de conflitos distributivos entre o capital, o trabalho e o Estado. O declínio prolongado

das taxas de crescimento (“estagnação secular”) gera um processo longo de instabilidade e conflito. O declínio das taxas de crescimento nas sociedades capitalistas são um fenômeno autossustentado; os Estados cortam gastos; as corporações deixam de investir e diminuem a produção; os capitalistas acumulam os lucros ou os reverterem para a esfera financeira; os trabalhadores perdem seu poder de classe coletivo conforme se dividem em lutas defensivas; e a demanda em queda enfraquece economias cuja dinâmica de crescimento baseia-se nos salários. Tem sido essa a experiência de muitos países capitalistas centrais desde a crise de 2008.

O crescimento é, portanto, regulador essencial das contradições internas de classe das sociedades capitalistas. Baseado na acumulação decorrente da exploração, o capitalismo só encontra estabilidade no crescimento: os salários crescem junto com os lucros; o pleno emprego acompanha os altos investimentos; o conflito de classes se atenua e se torna gerenciável; o excedente cada vez maior é absorvido pela maioria na forma de maior “padrão de vida,” mas também como estado de bem-estar em expansão. Se o crescimento cai abaixo de certo patamar, tudo isso começa a desmoronar. Não que os capitalistas se preocupem imediatamente, pois eles podem compensar o menor crescimento espremendo maiores lucros da produção. É claro que assim caem mais ainda a demanda e o crescimento, pois é a renda do trabalho que será espremida, em última instância, mas os trabalhadores sempre podem recorrer ao cartão de crédito ou a produção pode ser vendida a consumidores menos escorchados em outro

lugar. Nessa conjuntura, são as frações organizadas da classe trabalhadora que passam a “exigir crescimento”: propõem e lutam por políticas que induzam alta taxa de crescimento: maior gasto social do Estado, aumento salarial e, finalmente, mais investimento “real,” que cria empregos, por parte das empresas. Se a estagnação secular, compreendida como uma tendência estrutural profundamente embutida e reforçada pelas classes em direção ao crescimento zero, realmente representa o futuro das sociedades capitalistas avançadas, então ficaremos presos numa conjuntura paradoxal em que os trabalhadores e movimentos sociais sedentos por crescimento – o que poderíamos chamar uma coalizão progressista do crescimento – irão confrontar capitalistas e corporações indiferentes. Pode-se imaginar facilmente o problema que isso representa para a sociologia crítica e para as teorias do capitalismo.

O PIB mede o tamanho de uma economia em relação a si mesma. Como é expresso em unidades monetárias, é como se o capitalismo fosse um sistema autocontido que “cresce por si mesmo.” Mas desde Polanyi, sabemos que as relações capitalistas se desenvolvem no interior de relações sociais mais amplas e de instituições que ele, então, submete à sua própria lógica, às vezes destruindo, no processo, os fundamentos do crescimento. A teoria feminista também demonstrou que o trabalho, o valor e o capital dependem essencialmente do trabalho reprodutivo “não-valorizado,” como os cuidados. A economia não apenas cresce através de algo (relações sociais), mas também sobre algo (trabalho reprodutivo e cuidados). Aplicando-se essa perspectiva às relações Norte-Sul, pode-se argumentar ainda que o crescimento do centro capitalista assenta sobre sua capacidade de exportar, para o Sul Global ou para a periferia, as pressões inerentes àquilo que poderia ser chamado modo de vida imperial. Quando redefinida como uma expansão das relações sociais mercantilizadas, enquanto externalização, e como demandas mais intensas sobre o trabalho reprodutivo não valorizado, demandas por crescimento mais forte, robusto e inclusivo por uma coalizão de crescimento progressivo podem provocar um desconforto.

O quadro se complica ainda mais quando vemos o crescimento enquanto processo material, quando compreendemos e reconhecemos os efeitos destrutivos do extrativismo, da produção, do consumo e do lixo sobre os ecossistemas, os seres vivos e os ciclos biogeoquímicos – como no caso das mudanças climáticas. Uma dimensão biofísica – o tamanho agregado da economia relativamente aos ecossistemas e, globalmente, à Terra na qual a economia se sustenta – bem como a intensidade dos impactos biofísicos (esgotamento, poluição, artificialização) oferecem uma nova forma de representar uma economia que é inerentemente limitada. O campo emergente da Ecologia Social já desenvolveu medidas e categorias que capturam o crescimento e a escala das economias capitalistas em termos biofísicos. A suposição sociológica é que nosso metabolismo como indivíduos é parte de

uma organização social metabólica a nível societário. O metabolismo socioeconômico pode ser medido como o quantum de matéria e energia necessários para produzir o total de consumo e investimentos, de bens e serviços, numa sociedade capitalista. Assim que conseguirmos abalar a crença numa economia monetária produtiva desvinculada de qualquer base biofísica, de acumulação supostamente desmaterializada (como se fosse possível viver do conteúdo do Twitter!), e compreendermos a articulação entre processos biofísicos e produção monetária, bem como a incorporação do capital em artefatos (prédios, máquinas, infraestrutura) que só funcionam se alimentados com energia e matéria, então a questão dos limites biofísicos do crescimento vai se tornar um fato tão evidente e impositivo quando o PIB.

Dessa perspectiva biofísica, a condição pós-crescimento aponta para as contradições ecológicas da economia capitalista e de seu crescimento. Essas contradições existem por si mesmas e não podem mais ser tratadas como secundárias ou derivadas das contradições internas inerentes, as verdadeiras, entre capital e trabalho. Assim, a condição pós-crescimento estimula um materialismo enriquecido, ecologizado, junto com o materialismo histórico mais tradicional sobre o qual a teoria crítica se desenvolveu desde Marx.

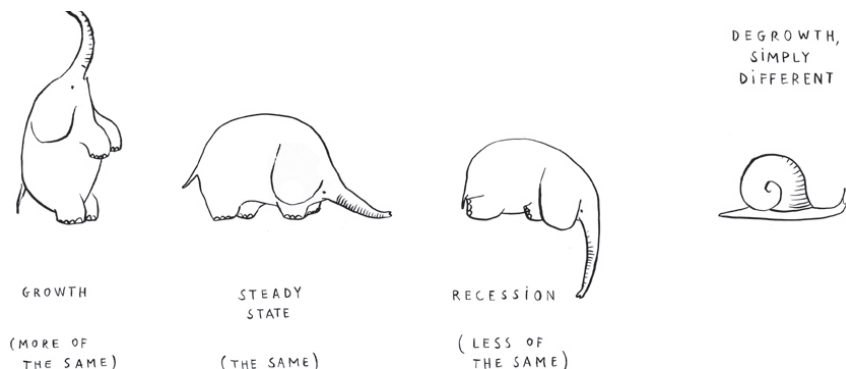
Conforme esse modo de análise do capitalismo se desenvolveu nas últimas décadas, tornou-se evidente que o metabolismo das sociedades capitalistas avançadas precisa ser desacelerado. Mas também ficou evidente que desacelerar o crescimento biofísico de uma economia capitalista é impossível porque, como argumentou John Bellamy Foster, até mesmo quando o crescimento do PIB é terrivelmente baixo, o crescimento biofísico não o acompanha. Os muitos mecanismos que mantêm os moinhos da acumulação de capital materializados em processos metabólicos e biofísicos insustentáveis já foram largamente documentados pela teoria social ecologizada.

Enfrentar e resolver essas contradições ecológicas significa desacelerar o processo econômico nas sociedades capitalistas. Mas as relações sociais de produção institucionalizadas são baseadas no constante crescimento da economia e na intensificação de seus efeitos. Quanto mais a sociedade é atravessada por suas contradições e encontra barreiras para o desenvolvimento, mais o crescimento será considerado solução pelas diferentes classes sociais. As sociedades capitalistas precisam e desejam o crescimento por razões econômicas, políticas e culturais; mesmo assim, o crescimento precisa ser desacelerado por razões biofísicas. Faltam-lhes vocabulário e imaginário políticos para expressarem essa contradição em seus próprios termos. É esse o problema que a condição pós-crescimento coloca para a sociologia crítica e para a teoria crítica em geral. ■

Contato com Éric Pineault <eric.pineault@uni-jena.de>

> Decrescimento: um apelo à transformação socioecológica radical

Por **Federico Demaria**, Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental, Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha



O caracol se tornou o símbolo do movimento do decrescimento.
Direitos autorais: Bàrbara Castro Urío.

O “crescimento em prol do crescimento” continua sendo a crença de todos os governos e instituições internacionais. O crescimento econômico é apresentado como a panaceia para todos os problemas do mundo: pobreza, desigualdade, sustentabilidade, você escolhe. As políticas de esquerda e de direita diferem apenas em como alcançá-lo. No entanto, uma verdade científica desconfortável tem que ser enfrentada: o crescimento econômico é ambientalmente insustentável. Além disso, além de certo limite, não é socialmente necessário. A questão central então se torna: como podemos administrar uma economia sem crescimento?

Essa questão está ganhando legitimidade em diferentes arenas, da ciência à política. Por exemplo, em setembro de 2018, na Conferência Pós-Crescimento do Parlamento Europeu, mais de 200 cientistas e quase 100.000 cidadãos instaram as instituições europeias a agir em sua carta aberta intitulada “Europa, é hora de acabar com a dependência do crescimento”. Isso não aconteceu do nada. O debate tem sido vigoroso há pelo menos duas décadas, como visto em mais de 200 artigos acadêmicos, dez edições especiais, conferências internacionais bienais com milhares de participantes, cursos de verão e, até mesmo, um mestrado em nossa universidade em Barcelona. Nosso livro *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo [Degrowth: A Vocabulary for a New Era]* foi traduzido em mais de dez idiomas. Iniciativas importantes de base estão ocorrendo, desde a oposição a projetos ambientalmente destrutivos (com mais de 2.000 deles mapeados no Atlas da Justiça Ambiental, por exemplo, a campanha [“Pare o Carvão. Proteja o Clima!” [“Stop Coal. Protect the Climate!”], a campanha Fim do Terreno [Ende

Gelände] na Alemanha), até a construção de alternativas tais como bens comuns, economias solidárias e co-habitação. Mas o que exatamente queremos dizer com decrescimento?

Em geral, o decrescimento desafia a hegemonia do crescimento econômico e exige um decréscimo redistributivo de produção e consumo democraticamente liderado nos países industrializados como meio de alcançar a sustentabilidade ambiental, a justiça social e o bem-estar. O decrescimento é geralmente associado à ideia de que o menor pode ser bonito. No entanto, a ênfase não deve ser apenas em *menos*, mas também no *diferente*. Em uma sociedade de decrescimento, tudo será diferente: atividades, formas e usos de energia, relações, papéis de gênero, alocações de tempo entre trabalho remunerado e não remunerado, relações com o mundo não humano.

O objetivo do decrescimento é escapar de uma sociedade absorvida pelo fetichismo do crescimento. Tal ruptura está, portanto, relacionada a palavras e coisas, a práticas simbólicas e materiais, à descolonização do imaginário e à implementação de outros mundos possíveis. O projeto de decrescimento não visa outro crescimento, nem outro tipo de *desenvolvimento* (sustentável, social, justo, etc.), mas a construção de outra sociedade, uma sociedade de abundância frugal (Serge Latouche), uma sociedade pós-crescimento (Niko Paech), ou de prosperidade sem crescimento (Tim Jackson). Em outras palavras, desde o início não é um projeto econômico, mas um projeto societário que implica escapar da economia como realidade e como discurso imperialista. “Compartilhar”, “simplicidade”, “convivência”, “cuidado” e “bens comuns” são significados

>>



A literatura sobre o decrescimento está disponível em vários idiomas. Foto: Federico Demaria.

primários do que essa sociedade pode parecer.

Embora integre a economia ecológica, o decrescimento é um conceito não econômico. Por um lado, o decrescimento implica na redução do metabolismo social (a energia e o rendimento material da economia), a fim de enfrentar as restrições biofísicas existentes (dos recursos naturais e da capacidade assimilativa do ecossistema). Por outro lado, o decrescimento é uma tentativa de desafiar a onipresença das relações baseadas no mercado na sociedade e as raízes baseadas no crescimento do imaginário social, substituindo-as pela ideia de abundância frugal. É também um apelo a uma democracia mais profunda, aplicada a questões que estão fora do domínio democrático dominante, como a tecnologia. Finalmente, o decrescimento implica uma redistribuição equitativa da riqueza dentro e através do Norte e do Sul Global, bem como entre as gerações presentes e futuras.

Nas duas últimas décadas, a face do triunfo de uma ideologia de crescimento do pensamento único não foi outra que a encarnada pelo *slogan* aparentemente consensual de “desenvolvimento sustentável”, um bom paradoxo. Seu objetivo era tentar salvar a religião do crescimento econômico na crise ecológica e parecia ser bem aceito pelo movimento antiglobalização. Tornou-se urgente opor-se ao capitalismo de um mercado globalizado com outro projeto civilizacional ou, mais especificamente, dar visibilidade a um plano que estava em formação há muito tempo, mas que progrediu no subsolo. A ruptura com o desenvolvimentismo, uma forma de produtivismo para o uso dos chamados países em desenvolvimento, foi a base desse projeto alternativo.

O termo “decrescimento” foi proposto pelo ecologista político André Gorz em 1972, e foi usado como título da tradução francesa dos ensaios de Nicholas Georgescu-Roegen em 1979. O decrescimento foi então lançado por ativistas ambientais franceses em 2001 como um *slogan* provocativo para repolitizar o ambientalismo. O lema do decrescimento foi quase acidentalmente lançado por uma necessidade premente de romper com o discurso ambíguo, e muitas vezes sem sentido, do *desenvolvimento sustentável*. Assim, a frase não é originalmente um conceito (pelo menos não simétrico ao crescimento econômico), mas sim um *slogan* político desafiador destinado a nos

lembrar do significado dos limites. O decrescimento não é nem recessão nem crescimento negativo e não deve ser interpretado literalmente: decrescimento por decrescer seria tão absurdo quanto crescimento por crescer.

Uma transição de decrescimento não é uma trajetória sustentada de descendência, mas uma transição para sociedades conviviais que vivem simplesmente, em comum e com menos. Há várias ideias sobre as práticas e instituições que podem facilitar essa transição e permitir que tais sociedades prosperem. A atratividade do decrescimento emerge do seu poder de extrair e articular diferentes fontes ou correntes de pensamento (incluindo justiça, democracia e ecologia); formular estratégias em diferentes níveis (incluindo ativismo de oposição, alternativas de base e políticas institucionais); e reunir atores heterogêneos que se concentram em diferentes questões, da agroecologia à justiça climática. O decrescimento complementa e reforça essas áreas temáticas, funcionando como um segmento de conexão (uma plataforma para uma rede de redes) além da política de uma questão.

Na realidade, o decrescimento não é a alternativa, mas sim uma matriz de alternativas que reabre a aventura humana à criatividade e a uma pluralidade de destinos, levantando a cobertura do totalitarismo econômico. Trata-se de sair do paradigma do *homo oeconomicus* ou do homem unidimensional de Marcuse, a principal fonte de homogeneização planetária e o assassinato de culturas. Se o “desenvolvimento” não é mais o princípio organizador da vida social, há espaço para um pluriverso. Esse seria “um mundo onde muitos mundos se encaixam”, como dizem os zapatistas. O decrescimento é apenas uma entre uma multiplicidade de visões de mundo que são alternativas ao desenvolvimento, como o *Buen Vivir*, a *Afrotopia* e o *Swaraj*. Em nosso novo livro *Pluriverse: A Post-Development Dictionary* [Pluriverso: Um Dicionário do Pós-Desenvolvimento], coletamos mais de uma centena delas, de todo o mundo. Portanto, não é possível formular soluções “chave-na-mão” para o decrescimento, mas apenas delinear os fundamentos de qualquer sociedade sustentável não produtivista e exemplos concretos de programas de transição.

A hipótese do decrescimento postula que uma trajetória de transformação socioecológica radical é necessária, desejável e possível. As condições de realização e as questões políticas que dizem respeito à dinâmica social, aos atores, às alianças, às instituições e aos processos que criarão transições de decrescimento permanecem abertas e são ativamente debatidas na Europa e além. O tempo está maduro não apenas para uma agenda científica de pesquisa sobre o decrescimento que faz perguntas inconvenientes, mas também para questões políticas. Como os economistas ecológicos Tim Jackson e Peter Victor argumentaram no *The New York Times*: “Imaginar um mundo sem crescimento é uma das tarefas mais vitais e urgentes para a sociedade se engajar”. ■

Contato com Federico Demaria <federicodemaria@gmail.com>

> Feminismos e decrescimento: Aliança ou relação fundacional?

Por **Anna Saave-Harnack**, Universidade de Jena, Alemanha, **Corinna Dengler**, Universidade de Vechta, Alemanha e **Barbara Muraca**, Universidade Estadual do Oregon, EUA

O termo “decrescimento” pode levar muitos a pensar em economias em queda após a crise financeira de 2007. Mas não é disso que trata o decrescimento. O *slogan* ativista “sua recessão não é nosso decrescimento!” esclarece que o decrescimento como um discurso acadêmico e um movimento social não deve ser mal entendido como uma descrição do crescimento negativo dentro de um paradigma de crescimento (ou seja, uma recessão). Em vez disso, o decrescimento questiona fundamentalmente esse mesmo paradigma e enfatiza a necessidade de libertar as sociedades de sua dependência do ditado do crescimento econômico. Isso significa que o decrescimento busca e explicita possibilidades de reprodução das sociedades modernas, sem depender de aceleração, expansão e intensificação da exploração social e ecológica. Como utopia concreta, o ativismo do decrescimento e sua cultura vislumbram uma transformação de baixo para cima para uma sociedade socialmente justa e ambientalmente sustentável, e sugerem possíveis passos em direção a essa visão maior, desde práticas coletivas alternativas até a transformação de instituições básicas. Portanto – e este é outro *slogan* ativista – quando falamos de decrescimento, nos referimos a “decrescimento por projeto, não por desastre!”.

E, no entanto, se olharmos para o decrescimento econômico forçado na Grécia, há coisas que nós, como estudiosos e ativistas do decrescimento, podemos aprender. As taxas de crescimento em declínio após a crise financeira na Grécia levaram a grandes desafios sociais em relação aos serviços sociais e públicos. Uma economia em decrescimento significava que a sociedade civil tinha que lidar com políticas de austeridade como reação à dívida pública. Hospitais, jardins de infância e redes comunitárias de vizinhança foram criados para aliviar as consequências da redução do gasto público. Muitas dessas iniciativas decorrentes das consequências manifestas da crise econômica (isto é, do decrescimento por desastre), como a clínica de solidariedade em Tessalônica, assemelham-se às ideias e aos ideais de que o decrescimento construiria

“por projeto”. Mas também falam de uma preocupação feminista bem fundamentada: no caso grego, em especial, as mulheres foram afetadas negativamente pela crise ao preencherem a lacuna criada pelas políticas de austeridade. Os empregos um pouco mais tradicionalmente masculinos foram perdidos, e as mulheres se ocuparam da maior parte dos serviços anteriormente públicos, especialmente no âmbito do trabalho de cuidado e das atividades relacionadas à reprodução social. O exemplo da Grécia poderia levar as feministas a concluir que o decrescimento por desastre, mas possivelmente também por projeto, pode ser muito arriscado para as mulheres e provavelmente contribuir para uma retraditionalização da reprodução social e do trabalho de cuidado. Essa preocupação feminista é ainda reforçada pela cultura esboçando um caminho de decrescimento que não exige uma transformação radical das instituições sociais básicas, como o trabalho, e a renegociação das condições essenciais para uma vida boa para todos. Contra essa compreensão bastante conservadora do decrescimento, perspectivas mais radicais, como a discussão animada dentro da “Aliança pelo Decrescimento e pelo Feminismo” (FaDA), destacam o potencial emancipatório de uma sociedade de decrescimento, quando construída sobre princípios orientadores inspirados, por exemplo, pelo feminismo, e diferentes formas e tradições.

Houve discussões intensas entre ativistas feministas, estudiosos e ambientalistas muito antes do discurso de decrescimento ganhar força. Por exemplo, a perspectiva de subsistência, desenvolvida na Alemanha na década de 1980, enfatizou a interconexão entre as preocupações ambientais e a exploração de mulheres e colônias. A edição especial de 1997 da Economia Ecológica [*Ecological Economics*] sobre “Mulheres, Ecologia e Economia” foi outro marco nesse esforço. Apesar desse diálogo ser cada vez mais considerado pelos defensores do decrescimento, o raciocínio feminista ainda não é parte integrante da proposta de decrescimento.

Argumentamos que o decrescimento ainda tem muito a aprender com as tradições feministas; contribuições

>>

“Contribuições feministas são essenciais para alcançar a transformação social e ecologicamente justa, orientada para a solidariedade que o decrescimento prevê”

feministas são essenciais para alcançar a transformação social e ecologicamente justa, orientada para a solidariedade que o decrescimento prevê. Primeiro, uma percepção central do feminismo ecológico é que a “natureza” (que na tradição ocidental do pensamento é construída como “feminina”) e a “reprodução social” (que é assumida como “natural”) são a base de cada processo produtivo nas economias capitalistas. No entanto, dentro do paradigma do crescimento capitalista, ambos são estruturalmente desvalorizados, invisibilizados e destruídos diariamente. O decrescimento precisa levar em conta a exploração e a desvalorização paralelas da reprodução social e ecológica e torná-las um componente-chave de sua luta a fim de promover relações mais sustentáveis entre a humanidade e a natureza. Em segundo lugar, a teoria feminista desvendou há muito tempo as relações de poder embutidas no paradigma do crescimento. Por exemplo, o relato de Maria Mies de 1986 sobre a relação entre o patriarcado e “o paradigma da acumulação interminável e do ‘crescimento’” mostra que uma fertilização cruzada entre movimentos feministas e do decrescimento não é apenas possível, mas essencial para abordar completamente as estruturas de opressão no capitalismo. Terceiro, o feminismo articulou teorias e apoiou práticas de organização do cuidado como um bem comum, contra a realocação de cuidados às famílias ou ao setor privado, que o encolhimento econômico sem transformação inevitavelmente provoca. O relato de Amaia Pérez Orozco sobre a “sustentabilidade da vida” oferece um valioso ponto de partida para visualizar o cuidado em uma sociedade de decrescimento. Tornar comum o cuidado também apoiaria cuidadores individuais, muitas vezes mulheres, e proporcionaria um lugar social para os cuidadores se encontrarem, trocarem e desenvolverem uma voz política, conforme apontado, por exemplo, por Silvia Federici. Essa maneira de organizar o trabalho do cuidado poderia servir de inspiração para uma ampla gama de práticas de decrescimento.

Embora muito se ganhe com a promoção de diálogos entre o feminismo e o decrescimento, também há desafios para tal empreendimento. Algumas vertentes do feminismo podem estar menos inclinadas a participarem. Mesmo entre os parceiros de conversação mais prováveis – o feminismo

ecológico e o decrescimento – as diferentes terminologias em que se baseiam podem causar uma falta de compreensão mútua.

Além disso, dada a real e sentida urgência do acelerado desastre ecológico, as intervenções correm o risco de negligenciar as implicações para grupos sociais mais vulneráveis, incluindo aqueles que tipicamente realizam a reprodução social. Como Federici mostrou recentemente (2018), estamos diante de um aumento alarmante em todo o mundo da violência contra as mulheres, especialmente contra aquelas encarregadas de manter as comunidades locais unidas através da subsistência, do conhecimento indígena e do cuidado. A violência é encabeçada por uma onda renovada de “recintos” globais sob a cruzada neoliberal para garantir o crescimento das elites. É por isso que é da maior importância para o ativismo e a erudição decrescentes, mesmo em face da pressão do tempo, não caírem na armadilha de minimizar o desafio do patriarcado que, como já apontamos anteriormente, está intimamente ligado ao paradigma de crescimento do capitalismo.

O desafio de fazer do feminismo uma parte integral do movimento de decrescimento é refletido pela discussão animada na rede FaDA. Alguns membros argumentam que, em vez de tentar construir uma aliança entre os dois discursos e movimentos, enquadrando assim sua relação como uma mera possibilidade e destacando as diferenças na luta comum, deve haver um foco na relação fundamental de ambos. Uma transformação radical da sociedade para além do paradigma do crescimento só pode ser alcançada abordando o ditame do crescimento capitalista e suas profundas raízes patriarcais em conjunto. Integrar o feminismo e o decrescimento é um projeto em desenvolvimento ao qual todos somos convidados. É nosso dever nos engajar no diálogo global para criar uma sociedade feminista de decrescimento! ■

Contato com:

Saave-Harnack <anna.saave-harnack@uni-jena.de>

Corinna Dengler <corinna.dengler@uni-vechta.de>

Barbara Muraca <Barbara.Muraca@oregonstate.edu>

> Desafios para uma estratégia de decrescimento: O caso da Grécia

Por **Gabriel Sakellaridis**, Universidade de Atenas, Grécia



Manifestação "Deixe a Grécia respirar", em Londres, 2015. Sheila / flickr. Alguns direitos reservados.

É considerado axiomático nas economias capitalistas que o crescimento econômico é essencial para um país garantir a prosperidade de seus cidadãos. O fascínio do crescimento, entretanto, não deve ser entendido como meramente um conjunto de ideias dominantes prevalentes no discurso público e nos paradigmas científicos. A deificação do crescimento não é simplesmente uma questão de "ideologia do crescimento" reforçada por poderosas elites acadêmicas e políticas em busca de votos. Pelo contrário, essa "ideologia do crescimento" deve ser vista como o resultado de leis poderosas que governam o modo de produção capitalista, segundo o qual a concorrência, a acumulação de capital e a maximização do lucro residem em seu código genético.

O imperativo do crescimento foi contestado pela ideia de decrescimento, que emergiu com a crescente preocupação com o perigo ambiental. O decrescimento pode ser definido em poucas palavras como uma "redução equitativa da produção e do consumo" de uma maneira social e ecologicamente benéfica. Em justaposição ao imperativo do crescimento, os teóricos e ativistas do decrescimento argumentam que existem restrições sociais específicas ao crescimento, estabelecidas pela escassez de recursos naturais, mudanças climáticas, a duração do dia de trabalho, a qualidade de vida e vários outros fatores. O PIB é considerado um indicador enganoso de prosperidade, já que perde uma série de variáveis importantes que não são expressas em termos monetários e, além disso, vincula a sociedade em uma corrida do produtivismo e do consumismo.

À luz da recente crise global que se seguiu à crise financeira, o modelo internacional de produção foi contestado. Embora

os economistas tenham questionado isso principalmente em termos de desequilíbrios globais em conta corrente, houve críticas incrementais decorrentes do "campo do decrescimento", abordando a crise como uma oportunidade para reorientar as prioridades sociais para longe da busca pelo crescimento.

A Grécia tem estado no epicentro de debates públicos sobre o impacto da austeridade imposta, como o país experimentou uma das recessões mais profundas nos países capitalistas avançados desde a Grande Depressão; perdeu de 28,1% do PIB real de 2008 a 2017, enquanto o desemprego disparou de 7,8% para 21,5% no mesmo período (com pico de 27,5% em 2013). A crise econômica afundou o país em uma profunda crise social, refletida também no nível político na forma de uma profunda crise de representação em que identidades políticas entrincheiradas e afiliações partidárias entraram em colapso, enquanto novas identidades foram moldadas.

Dado o cenário social, a questão crucial é se uma estratégia de decrescimento sustentável e deliberada poderia ter se tornado fértil. Se não, como argumentado aqui, é importante destacar quais foram os principais mecanismos que a tornaram tão difícil. Os desafios para o decrescimento não devem ser considerados motivos para rejeitar sua agenda, mas, pelo contrário, devem ser vistos pelos teóricos do decrescimento como obstáculos a serem superados para fortalecer as bases de sua estratégia.

Como ficará evidente nos dois parágrafos seguintes, tanto a prescrição da política da Troika como as alternativas da esquerda que giraram em torno do eixo do crescimento e, por conseguinte, todo o debate público evoluiu em torno do imperativo do crescimento.

A estratégia adotada pela Troika tentou promover um crescimento orientado para as exportações e investimentos para a economia grega, promovendo a prescrição da desvalorização interna e reformas estruturais dos mercados de trabalho e de produtos, e orientando a taxa de câmbio

>>

real como estratégia para promover a competitividade e colocar a economia grega em um ciclo virtuoso. Os resultados, no entanto, provaram ser um desastre para a grande maioria do povo grego.

As rotas alternativas propostas pela esquerda para a política da Troika eram duplas. Por um lado, aqueles que defendiam que a Grécia deveria permanecer na zona do euro, mas residiam no campo “anti-austeridade”, propuseram um novo “Plano Marshall” que aumentaria o investimento público, bem como agregaria a gestão da demanda que impulsionaria o consumo privado e o investimento. Em combinação com uma reestruturação da dívida pública grega, essa estratégia asseguraria a sua sustentabilidade e geraria empregos e rendimentos através de mecanismos keynesianos. Por outro lado, os proponentes do Grexit afirmaram que a adoção de uma nova moeda nacional nominalmente desvalorizada em relação ao euro elevaria as exportações e diminuiria as importações, levando a uma combinação de crescimento liderado pelas exportações e substituição de importações baseada principalmente na manufatura.

O primeiro desafio para o desenvolvimento de uma sólida narrativa de decrescimento na Grécia emana da sustentabilidade da dívida pública e sua relação com o crescimento da produção. A partir do momento em que a Grécia foi confrontada por uma crise de solvência da dívida pública, a sustentabilidade da dívida tornou-se o objetivo a ser perseguido pelas políticas, pelo menos de forma retórica. As principais variáveis para a sustentabilidade da dívida pública são os saldos primários fiscais e a relação entre as taxas de juros dos títulos do governo e as taxas de crescimento do produto nominal. Se a taxa de crescimento nominal for menor que a taxa de juros, o chamado “efeito bola de neve” é acionado, elevando a dívida pública, mesmo sob um superávit primário. O crescimento do produto torna-se então a variável mais crucial para a sustentabilidade da dívida pública. Sob tais circunstâncias prementes, as propostas para uma estratégia de “decrescimento” têm pouco apelo.

O segundo desafio origina-se da forma financeirizada do capitalismo contemporâneo e está associado à deflação da dívida, que enlaça uma economia em um círculo vicioso de “recessão da dívida privada”. As economias capitalistas são economias produtoras de dinheiro e os balanços de suas unidades estão interligados por meio de uma complexa rede financeira. Sob a presença de dívida privada excessiva, uma recessão aumenta a carga da dívida, levando a uma deflação da dívida.

O terceiro desafio está associado ao desemprego e seus custos sociais concomitantes. É desnecessário argumentar que uma taxa de desemprego que atingiu o pico de 27,5% em 2013, quando era de 7,8% em 2007, abalou as fundações da sociedade grega e também representou riscos políticos significativos. Dado que o emprego tem uma forte correlação positiva com o crescimento econômico, a

agenda política na Grécia foi inevitavelmente ligada a uma estratégia de crescimento, com a pressão para enfrentar o alto desemprego em tempo político real, fazendo com que a dependência de trajetória prevaleça. Em outras palavras, como não havia preparação para uma estratégia de decrescimento capaz de criar novos empregos, o paradigma do “negócios, como sempre” [*business as usual*] dominou os debates públicos, ou seja, maior crescimento - mais empregos.

O quarto desafio decorre do fato de que uma economia que sofre com falta de entrada de capital, como a grega durante a recessão, reduz significativamente seus padrões ambientais para atrair investimentos. A nova legislação sobre investimentos acelerados foi uma validação da tendência acima. Existem inúmeros exemplos de investimento que seriam recebidos com elevada resistência social antes da crise, e que hoje em dia são considerados socialmente legítimos. Estes incluem os novos projetos de extrativismo, incluindo novas minas de ouro em Calcídica, no norte da Grécia, ou os contratos de exploração que o governo grego assinou com companhias petrolíferas para a exploração de reservas de petróleo e gás natural nos mares jônico e cretense. Outro exemplo dessa sede de crescimento é a concessão do antigo aeroporto de Atenas, em Helliniko, que o atual governo havia se comprometido a converter em um parque metropolitano, a um enorme plano imobiliário sob pressão de investidores estrangeiros e nacionais.

A natureza econômica dos desafios que uma “agenda de decrescimento” tem que enfrentar não implica uma aceitação do economicismo. No entanto, ela impõe restrições específicas que precisam ser bem compreendidas por causa de sua importância em uma “economia de crescimento”. Evitá-los como “facetadas do economicismo” simplesmente ignora a realidade e enfraquece as possibilidades de uma estratégia de decrescimento.

Ao mesmo tempo, não seria justo argumentar que métodos alternativos de organizar a produção ou questionar o padrão de consumo não surgiram na Grécia durante a crise. Pelo contrário, várias dessas iniciativas nasceram, embora em nível local, incluindo bancos de horas, hortas urbanas, redes “sem intermediários” para produtos agrícolas e até empreendimentos comerciais de autogestão. No entanto, essas iniciativas eram muitas vezes fragmentárias e não poderiam constituir uma alternativa viável, especialmente sob as condições prementes de uma recessão profunda. Elas, no entanto, encapsulam as sementes de um contra paradigma de organização social, questionando ideologicamente a percepção dominante das necessidades sociais e reorientando-as para a preservação ambiental e a democracia econômica. Elas enfrentam o economicismo e colocam as necessidades sociais no centro dos padrões de produção e consumo. ■

Contato com Gabriel Sakellariadis
<Gabriel.sakellariadis@gmail.com>

> Chile:

do neoliberalismo a uma sociedade pós-crescimento?

Por **Jorge Rojas Hernández**, Universidade de Concepción, Chile



Para mudar ainda mais, idéias práticas e utópicas são necessárias. Times Up Linz / flickr. Alguns direitos reservados.

Em sua relativamente breve história, o Chile passou por vários regimes econômicos, sociais, culturais e políticos. Alguns governos prometeram reformas ou revoluções, mas ao fazê-lo causaram conflitos cada vez mais profundos. O governo da Frente Popular, uma aliança de centro-esquerda, assumiu em 1938, mas não durou muito tempo. Em 1964, Eduardo Frei Montalva venceu a eleição presidencial como candidato do Partido Demócrata Cristão. Seu programa de governo, uma “Terceira Via” como alternativa ao socialismo e ao capitalismo, caracterizou-se por reformas estruturais e forte politização da sociedade. O objetivo mais importante foi uma reforma agrária.

De 1970 a 1973, Salvador Allende estava no poder, liderando o conhecido governo popular da Unidade Popular [Unidad Popular], uma aliança de socialistas, comunistas e outros pequenos partidos de esquerda. Ele nacionalizou os principais setores econômicos (bancos, agricultura, mineração de cobre e grandes indústrias). O governo de Allende foi resultado da “Longa Marcha” através do aparato estatal chileno para ganhar mais igualdade e justiça para a classe trabalhadora e outros estratos sociais mais pobres da sociedade. Além de um paradigma de progresso, suas reformas faziam parte da concepção política emancipatória dos anos sessenta. Infelizmente, em 1973, esse experimento

no socialismo democrático terminou dramaticamente com um golpe militar.

Juntamente com os economistas neoliberais, a ditadura militar implementou então uma política radical de privatização. Sua intenção não era apenas mudar o modelo econômico, mas transformar a sociedade chilena e desenvolver um novo modelo social e cultural: uma sociedade neoliberal e orientada para o mercado, uma sociedade despolitizada e individualizada, principalmente orientada para o consumidor, na qual crescimento e a competição foram estabelecidos como os meios “justificados” para o progresso individual e a felicidade. O Estado deveria se retirar cada vez mais da economia e de suas funções sociais. Esse paradigma continuou durante o processo de democratização dos anos 90.

Essa política de privatização e individualização levou necessariamente a uma perda de significado e temores para o futuro entre amplos setores da população chilena. Como resultado, surgiram protestos e movimentos civis, como o protesto de 2006 dos “Pinguins”, um movimento estudantil que exigia uma educação pública melhor. Isso foi seguido, em 2011, por um movimento estudantil massivo exigindo educação universitária gratuita. Ambos os movimentos deixaram sua marca em programas subsequentes >>

governo. Esses processos de mudança são difíceis e lentos, mas, em última análise, tiveram impactos políticos e sociais positivos.

No início do século XXI, os atuais modelos de desenvolvimento que buscam explicar as crises sociais, ecológicas, climáticas e institucionais da atualidade pareciam estar definitivamente esgotados. Mas ainda, nas sociedades industriais, domina uma racionalidade instrumental, que separa a atividade humana - decididamente produtiva no Norte Global e extrativa em regiões do Sul Global - da natureza, resultando em mudanças profundas nos ecossistemas, no clima e na vida social. E as novas ideologias neoliberais de progresso e crescimento, alimentadas por aspirações de modernização e pelo novo paradigma da globalização, estão agora cruzando as fronteiras ecológicas e os limites socialmente aceitáveis do planeta Terra. Esse desenvolvimento não termina nas fronteiras do Chile. Hoje, estamos longe de um sistema social, ecológico e socialmente responsável e sustentável.

As mudanças introduzidas violentamente pelo golpe no Chile estão sendo experimentadas em muitos países hoje, na forma de processos lentos de mudanças neoliberais, porém constantes, ligados à globalização. O modelo neoliberal chileno da década de 1980 nos mostrou muito cedo que a externalização da produção leva a um ambiente de trabalho mais flexível e à formação de um novo precariado. Os processos de globalização funcionam de maneira semelhante hoje em dia. Soma-se a isso o impacto da nova revolução tecnológica (4.0) que acaba de começar, com sua enorme perda de empregos em todo o mundo. As crises ambientais e as mudanças climáticas também nos obrigam a pensar em como o trabalho será afetado por danos ambientais e pelo aumento dos desastres causados pelas mudanças climáticas. Todos esses fatores resultam em desintegração social e novas desigualdades. Como resultado, a insatisfação dos cidadãos está crescendo. Essa falta de inclusão social, visível em muitos países, atualmente ameaça as democracias estabelecidas e os direitos individuais e civis, e pode, em última análise, contribuir para a destruição das sociedades. Mas movimentos sociais e ambientais em muitas partes do mundo - incluindo o Chile e toda a América Latina - estão sendo estabelecidos, exigindo não apenas soluções para problemas concretos, mas também reformas mais favoráveis aos cidadãos para um futuro melhor.

A crise do neoliberalismo e o atual modelo de crescimento levam ao surgimento de novos modelos de pós-crescimento? As preocupantes tendências populistas de direita observadas em vários países parecem apontar em uma direção diferente. Elas formam uma força de oposição aos já iniciados processos de transformação socioecológica e liberal. Mas pode acontecer que os atuais movimentos sociais e ambientais que emergiram como resposta às crises atuais, bem como em oposição às políticas populistas de

direita, se fortaleçam e se consolidem. Por exemplo, nas últimas eleições presidenciais e parlamentares no Chile, uma nova aliança de esquerda participou, a Frente Ampla [*Frente Amplio*]. Em menos de dois anos de existência, registrou 20% dos votos e agora está representada no parlamento. Em contraste com a esquerda tradicional, esse grupo incorpora novas concepções de política, sociedade e natureza.

No entanto, outros fenômenos interessantes também estão surgindo: o Chile hoje é um dos países líderes no desenvolvimento de novas formas alternativas de negócios, as chamadas “Empresas B” (“corporações B” ou “corporações beneficentes”), que são criadas por uma geração jovem, com alta consciência social e ecológica. Sua participação de mercado está aumentando constantemente. Atualmente, em toda a América Latina, os modelos de certificação internacional adaptados levam em conta fatores como a sustentabilidade ambiental e social, o potencial de inovação e a qualidade do trabalho em uma empresa. Esse novo dinamismo leva ao surgimento de novas culturas de trabalho e estilos de vida.

No final de 2017, havia 450 “Empresas B” certificadas em toda a América Latina, 130 delas no Chile. Eles fazem parte de um novo Movimento Global B e de um Sistema B de modelos de negócios baseados na ética socioecológica. Sua eficiência pode ser avaliada por indicadores como o bem-estar público, uma maneira sustentável de lidar com os ecossistemas existentes, um compromisso com a reciclagem e a bioeconomia, bem como com novas formas de cooperação. Desta forma, os Sistemas nacionais B são formados e a assim chamada Academia B os apoia com pesquisas científicas. Atualmente, o Chile está promovendo esse desenvolvimento por meio de programas do Ministério da Economia, Desenvolvimento e Turismo (CORFO) e de outros, com o objetivo de capacitar pessoas e criar empregos qualificados.

No final de 2018, mais de 1.000 pessoas de 30 países participaram do Primeiro Encontro Mundial do Movimento B em Puerto Montt, Puerto Varas e Frutillar, no sul do Chile. Esses tipos de iniciativas são o resultado das mudanças culturais e políticas das últimas décadas. A geração mais jovem de hoje valoriza, acima de tudo, valores como independência, liberdade, democracia de base, criatividade, iniciativa, respeito, tolerância, solidariedade e consciência ecológica.

É de se esperar que essas abordagens novas e sustentáveis, que podem ser observadas no Chile, continuarão a ganhar apoio político e serão refletidas em futuros programas governamentais e alianças políticas. ■

Contato com Jorge Rojas Hernández <jrojas@udec.cl>

> Sociologia ecofeminista

como uma nova análise de classes

Por **Ariel Salleh**, Universidade de Sydney, Austrália e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Meio Ambiente e Sociedade (RC24) e Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Mudança Social (RC48)



As análises feministas ecológicas crescem a partir da práxis da vida cotidiana, de modo que, muitas vezes, questionam as premissas assumidas pelos movimentos sociais enquadradas de cima para baixo pelas ideologias políticas estabelecidas. Por exemplo, durante os anos 80 e 90, as ecofeministas contestaram a falta de consciência de gênero e de sexualidade na filosofia da “ecologia profunda”. Não que os objetivos ambientais do programa fossem rejeitados pelas ecofeministas; ao contrário, como argumentaram, a crise planetária teve suas origens no sistema de globalização acelerada das instituições e valores patriarcais capitalistas. Por essa razão, as soluções da crise devem mudar “a cultura do direito masculinista” que apoia esse sistema. Essa controvérsia, conhecida como “ecofeminismo/debate sobre ecologia profunda”, foi originalmente publicada há mais de uma década na revista americana *Environmental Ethics*. Em um exercício de conscientização semelhante, as teóricas feministas ecológicas engajaram-se criticamente na erudição marxista. Na última década, artigos do *Capitalism Nature Socialism*, do *Journal of World-Systems Research*, e de outros veículos, ampliaram a compreensão pública do ecofeminismo como uma sociologia crítica. Minha posição é que a conjuntura global contemporânea exige uma nova análise sociológica de classe. Então, o que se segue é um breve esboço da trajetória histórica e das reivindicações do que eu rotulo de “materialismo corporificado”.

> Um materialismo corporificado

O trabalho reprodutivo é a base de toda sociedade. Na experiência prática desse tipo de trabalho, as mães aprendem a sustentar ciclos biológicos nos corpos de que cuidam. Da mesma forma, os camponeses e os coletores sintonizam e regeneram ciclos na terra. Esses trabalhadores não monetarizados são, em grande parte, invisíveis na economia global, não adequadamente reconhecidos na sociologia, nem teorizados no marxismo. Mas pode-se argumentar que, juntos, esses três grupos de trabalhadores – mães, camponeses e coletores – formam uma classe cuja hora chegou, em razão de suas habilidades materiais de possibilitar a vida na Terra.

A palavra feminismo ecológico é amplamente usada para descrever uma política que trata a ecologia e o feminismo como uma luta. Surgiu quando as condições de vida nos bairros urbanos e nas comunidades rurais estavam em risco. Mulheres ou homens podem estar envolvidos em trabalhos de afirmação da vida, mas como são principalmente as mulheres, em todo o mundo, que são socialmente alocadas como cuidadoras e produtoras de alimentos, geralmente são as mulheres de uma comunidade que, primeiro, tomam a ação ambiental. Intervenções desse tipo são universais, independentemente da região, classe ou etnia; isto é, elas são exclusivamente interseccionais. Em todos os continentes a partir da década de 1970, as mulheres em resposta aos danos colaterais dos modelos de consumo e desenvolvimento capitalistas do pós-guerra começaram a fazer o que chamavam de “ecofeminismo”. Seja se opondo a poluentes tóxicos, desmatamento, energia nuclear ou agroindústria, sua política sempre conectada ao “local” e ao “global”. Ecofeministas alemãs como Maria Mies até construíram seu trabalho explicitamente sobre a contribuição socialista de Rosa Luxemburgo.

A década de 1980 também viu a rápida ascensão de “novos movimentos sociais” – anti-armas nucleares, *Black Power*, *Women's Lib*, direito indígena à terra – e os marxistas estavam

certos em ser céticos. A ecologia radical seria cooptada pelos partidos verdes e profissionais tecnocratas. O feminismo foi desviado pelo individualismo liberal e se transformou em uma negociação com o estado de um único problema por direitos iguais. A próxima fase do ecofeminismo se seguiu à Cúpula da Terra das Nações Unidas, em 1992, que intensificou as políticas neocoloniais do Norte Global em nome da proteção da natureza. Dali então, um plano mestre mundial de acordos regionais abriu o caminho para a mineração corporativa de solos indígenas e o patenteamento corporativo de plantas medicinais indígenas. As ecofeministas como Vandana Shiva e outras estiveram presentes na Cúpula da Terra do Rio e fizeram o que puderam para se opor às medidas. Rapidamente, como registrado pela socióloga peruana Ana Isla, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática forçaria novas concessões dos menos empoderados. O século XX fechou com a Batalha por Seattle, onde uma insurgência de base internacional enfrentou a Organização Mundial do Comércio. Esse amplo movimento de movimentos por uma alternativa à globalização realizou seu primeiro Fórum Social Mundial em 2001.

> Globalização: descolonização

A expansão do livre comércio neoliberal desmoralizou o proletariado nos estados metropolitanos, enviando seus empregos offshore para zonas de processamento de exportação de baixos salários no Sul Global. Mas muitas pessoas na periferia geopolítica tinham uma agenda positiva - a agenda da descolonização. No Brasil, um vibrante Movimento Sem Terra estava falando sobre ecovilas e soberania alimentar. No Equador, as mulheres da Ação Ecológica [Acción Ecológica] inventaram o conceito de “dívida ecológica” para descrever os 500 anos de roubo colonial de recursos naturais; o roubo moderno constituído pelo interesse do Banco Mundial em empréstimos para desenvolvimento; e a contínua degradação dos meios de subsistência resultantes do extrativismo econômico. Justiça com a sustentabilidade também foi destaque na Cúpula do Clima de Cochabamba, em 2010, que apresentou formas andinas de aprovisionamento como uma alternativa ao desgaste da vida sob o luxo manufaturado. A equação de industrialização com progresso estava sob interrogatório.

Após o colapso financeiro de 2008, jovens globalmente conscientes começaram o movimento *Occupy*, montando um acampamento perto da bolsa de valores de Wall Street para protestar contra a classe capitalista; na Alemanha, eles bloquearam os bancos de Frankfurt. Outra política baseada em “valores reprodutivos” afirmadores da vida surgiu nos países do Mediterrâneo, resistindo aos programas de austeridade da União Europeia. Os indignados da Espanha iniciaram uma variedade de economias de bairro autossuficientes. Na Rio + 20, em 2012, grupos empresariais, políticos e o Programa Ambiental da ONU intensificaram sua proposta de Novo Acordo Verde [Green New Deal] - um exercício de relações públicas para a bioeconomia de nanotecnologia; e, novamente, as ecofeministas os desafiaram. Depois disso, acadêmicos se reuniram em

Leipzig e Budapeste para discutir o decrescimento, embora a visão pós-desenvolvimento de pensadoras ecofeministas de subsistência como Veronika Bennholdt-Thomsen ainda não fosse reconhecida. Hoje, a Rosa-Luxemburg-Stiftung está examinando a convergência do ecofeminismo e outras políticas orientadas para a comunidade como o *buen vivir* da América do Sul, o *ubuntu* da África do Sul e o *swaraj* da Índia.

As ecofeministas têm uma extensa literatura, frequentemente ensinada nas universidades, que analisa como, sob a cultura capitalista patriarcal, o cercamento e a mercantilização da natureza ecoam no cercamento e na mercantilização dos corpos de trabalho das mulheres. Alusões tradicionais à Mãe Natureza são muito mais do que uma metáfora. Como Greta Gaard aponta, uma ética compassiva do veganismo circula agora entre as redes ecofeministas e são realizadas reuniões internacionais regulares sobre Minding Animals [Cuidado dos Animais]. Mulheres em toda a África cuja subsistência é ameaçada pela mineração perto de suas aldeias criaram a WoMin, uma rede continental anti-extrativista com seu próprio manifesto ecofeminista sobre a mudança climática. As Mães Apalaches nos EUA organizam ação direta contra a remoção do topo de montanhas pela indústria do carvão. A Escola Navdanya, da Índia, fortalece a ecossuficiência de “bancos” de sementes tradicionais para salvá-los do patenteamento farmacêutico. Em Sichuan, na China, as camponesas restauram a fertilidade do solo revivendo técnicas orgânicas seculares. E, em Londres, as donas de casa dedicam seu tempo para consertar a bacia hidrográfica do rio Tâmesa após séculos de abuso.

> Antropocentrismo: ecocentrismo

Quando ativistas ou, melhor dizendo, sociólogos da ISA RC48, não veem como a lógica da reprodução que interconecta ecologia, trabalhadores, mulheres e movimentos indígenas, ocasiona uma questão única destrutiva de “política de identidade”, na qual os direitos de um grupo são colocados contra outro. Essa imaginação sociológica restrita é uma expressão do dualismo ocidental antropocêntrico da “humanidade” versus “natureza”, um “senso comum” tradicional que é reencenado com a socialização de toda nova geração.

Infelizmente, as engrenagens da globalização ainda são engraxadas pela hierarquia de Aristóteles da “Grande Cadeia do Ser”, uma antiga lógica discursiva que coloca deuses, reis e homens no ápice da vida social, tendo poder sobre os subordinados como mulheres, indígenas e natureza. O antigo mantra aristotélico estruturou a direção da história de tal forma que, ao longo dos séculos, as mulheres e os escravos conquistados se tornariam meros objetos. As instituições eurocêtricas, da religião e lei à economia e ciência, foram projetadas para servir ao “direito masculinista” - a posição padrão internacional em curso para liberais e socialistas. Como observa a historiadora ecofeminista da ciência Carolyn Merchant, a razão iluminista conceituou os

corpos e a natureza como máquinas com partes a serem controladas por fórmulas matemáticas. Essa cultura alienada da vida é indispensável ao funcionamento do capitalismo e é mantida na sociologia por alguns modernistas ecológicos da ISA RC24 que acreditam que a inovação tecnológica pode salvar o meio ambiente. No entanto, o futuro automatizado não será prontamente “desmaterializado” em sustentabilidade ou justiça. Da mesma forma, gestos como a economia circular ou a transvalorização do trabalho de cuidado por economistas feministas são reabsorvidos pela lógica do capital.

Em uma época de crise ecológica, as pessoas precisam ser capazes de pensar dentro de uma estrutura ecocêntrica. Quando isso apresenta aos professores de sociologia um desafio, os estudantes radicais frequentemente se deslocam para a ecologia política ou mesmo para a geografia humana. Mas os profissionais modernistas podem aprender muito com o ecocentrismo de epistemologias e análises indígenas baseadas em experiências femininas de trabalho de cuidado orgânico.

O discurso da “humanidade” versus “natureza” impediu a esquerda, e particularmente, as feministas pós-modernas, de levar a sério essa força de trabalho reprodutiva marginalizada como atores políticos. A acusação usual da esquerda é que as ecofeministas atribuem insights políticos das mulheres a uma “essência feminina” inata, o que é obviamente um absurdo. A fonte das percepções ecofeministas não é a incorporação biológica, nem as estruturas econômicas, nem os costumes culturais, embora todas essas coisas influenciem a ação humana. Em vez disso, uma epistemologia ecofeminista baseia-se no trabalho: na criação e recriação de entendimentos e habilidades através da interação com o mundo material vivo. As pessoas que trabalham de forma autônoma, fora das rotinas industriais entorpecentes - cuidadores, agricultores, coletores - estão em contato com todas as suas capacidades sensoriais e são capazes de construir modelos mais precisos e ressonantes de como uma coisa se relaciona com outra.

> Trabalho regenerativo

A estrutura de tempo dessa classe de trabalhadores ecocêntricos é intergeracional e, portanto, intrinsecamente cautelar. A escala é íntima, maximizando a capacidade de resposta dos trabalhadores às transferências de energia e matéria na natureza ou nos corpos humanos como natureza. O julgamento é baseado em uma especialização construída por tentativa e erro, usando uma avaliação do ecossistema ou da saúde do corpo do berço ao túmulo. As diversas necessidades de espécies ou grupos etários são equilibradas e reconciliadas. Onde as economias doméstica e de subsistência praticam a solução de problemas de forma sinérgica, a tomada de decisões multicritério é uma questão de bom senso. Quando não há divisão entre habilidades mentais e manuais, a responsabilidade é transparente; o produto do trabalho não é alienado do trabalhador como no capitalismo, mas desfrutado no compartilhamento com

os outros. Aqui, a lógica linear da produção dá lugar a uma lógica circular de reprodução. De fato, o provisionamento social é, ao mesmo tempo, ciência vernacular e ação política direta.

O feminismo ecológico defende políticas sinérgicas, promovendo meios de subsistência, empregos qualificados, solidariedade, autonomia cultural, conscientização sobre gênero sexual, aprendizado, capacitação e renovação espiritual. Um exemplo atual pode ser encontrado no Equador entre as mães e avós das colinas devastadas pelo desenvolvimento de Nabon. Com visão e criatividade, essas mulheres autogovernadas conseguiram o controle da erosão, a captação de água, a fertilidade do solo e a soberania alimentar através do plantio para restaurar antigas bacias hidrográficas e córregos. Nisso, elas também fizeram sua parte para a crise climática global. Assim também, o sindicato camponês internacional Via Campesina insiste que “nosso abastecimento de pequena escala esfria a Terra”.

O trabalho reprodutivo cria “formas de conhecimento” relacionais que se contrapõem à violência mecanicista da razão instrumental ocidental. A menos que a política radical seja guiada pelo trabalho de cuidado, ela voltará rapidamente ao tipo de iluminismo que trata a Terra e seus povos como um recurso sem fim para a economia em crescimento. Enquanto a razão linear da indústria moderna atravessa o metabolismo da natureza, deixando a desordem e a entropia para trás, as metaindústrias que nutrem os processos vivos desenvolvem epistemologias tácitas que expressam uma forma alternativa de criatividade humana. Esse trabalho, livremente apropriado pelo capital, tanto de suas periferias domésticas quanto geográficas, é de fato o pré-requisito do modo de produção do capitalismo. Ou seja, essa classe única de trabalhadores existe “dentro do capitalismo” quando sua atividade subsidia a mais-valia; no entanto, o provisionamento reprodutivo também existe “fora do capitalismo”, suficiente para si mesmo. Meu termo “meta” implica um quadro fundamental, que mantém atividades subsidiárias no lugar.

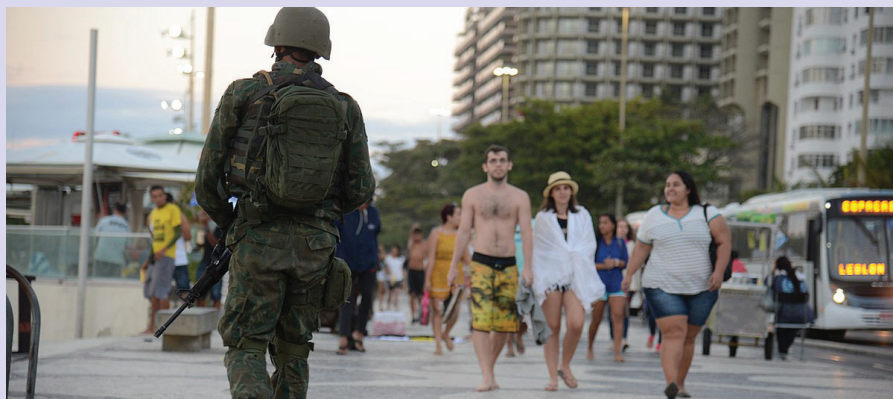
Economias ecossuficientes não externalizam custos explorando os corpos de outros, nem externalizam o desperdício como “poluição”. Essa habilidade de trabalho regenerativo é indispensável para um futuro global sustentável e o fato marcante é que já é praticado pela maioria mundial dos trabalhadores. Esse reconhecimento concede grande poder estratégico à classe metaindustrial como ator histórico na arena política internacional. A preocupação socialista clássica com as “relações de produção” exploradoras é extremamente importante, uma vez que tem sido a preocupação marginalizada pelas “relações de reprodução” opressivas. Dito isso, há passagens nos escritos de Marx que poderiam ter descrito “a classe de trabalho metaindustrial”, que tivesse tido o seu enfoque humanista menos limitado pelo patriarcado e pelo eurocentrismo. ■

Contato com Ariel Salleh <ariel.salleh@sydney.edu.au>

> Brasil 2018:

a guinada à direita das classes médias

Por **Lena Lavinas**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, e **Guilherme Leite Gonçalves**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil



Desde fevereiro de 2018, a forte presença militar e policial se tornou parte normal da vida nas ruas do Rio de Janeiro. Foto: EBC - Empresa Brasil de Comunicação/Agência Brasil. Creative Commons.

quanto isso, continuou a se destacar entre os mais instruídos.

A era Cardoso foi caracterizada por políticas de estabilidade monetária, privatização total e austeridade fiscal, levando o Brasil à recessão. A profunda reestruturação da economia colocava as classes médias em um ciclo vicioso, pressionadas pelo encolhimento das ocupações tradicionais, pela pulverização do modelo de substituição de importações (que ampliara posições técnicas e burocráticas), pelas perdas salariais e pela falta de boas oportunidades de emprego.

A perda de status social se transformou em apoio da classe média para Lula nas eleições de 2002, com seus votos levando ao poder o primeiro trabalhador a se tornar presidente do Brasil. Em 2006, o apoio da classe média para Lula começou a diminuir. Essa tendência de queda aumentaria em 2010 e, em 2014, quando a candidata do Partido dos Trabalhadores foi Dilma Rousseff (que venceu duas eleições). Lenta, mas seguramente, os eleitores da classe média estavam mudando para a direita.

> Expansão pró-mercado na era Lula/Dilma

Lula ascendeu à presidência em 2003, em meio a uma desaceleração econômica e ao encolhimento do crescimento, apesar da estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real. A tão louvada vitória do país sobre a inflação não conseguiu reduzir a

Na América Latina, a década de 1980 trouxe o fim das ditaduras militares, que haviam sufocado as forças da mudança social por décadas. Mas enquanto a transição para a democracia expandiu o círculo formal de cidadania, também viu crises econômicas e pactos de elite.

No Brasil, a transição *lenta, gradual e segura* anunciada pelo penúltimo presidente militar, Ernesto Geisel, continha essas contradições. A Lei de Anistia, um acordo entre líderes políticos e econômicos e as forças armadas, deixou de fora as vítimas de tortura e as famílias dos desaparecidos. Em países como Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala, Peru e Uruguai, acordos semelhantes foram derrubados, levando à prisão de torturadores e, em alguns casos, de antigos chefes de Estado. No Brasil, a Comissão da Verdade (2011-14) tentou consagrar a memória da violência estatal na política, mas suas recomendações continuam sendo letra-morta.

Apesar de suas limitações, a redemocratização do Brasil criou espaço para uma maior participação política. As classes médias desempenharam um papel fundamental na reorganização

da sociedade civil, lutando por políticas feministas antirracistas. Elas também foram cruciais durante a Assembleia Constituinte de 1987, e decisivas nas eleições que se seguiram ao fim da ditadura.

Em 1989, a classe média favoreceu o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, Luís Inácio Lula da Silva, enquanto o candidato vitorioso, Fernando Collor de Mello, representava continuidade para as elites beneficiadas pelo regime militar. Quando surgiram alegações de corrupção contra Collor, os setores da classe média se mobilizaram massivamente em 1992 em favor do *impeachment* do primeiro presidente neoliberal do Brasil.

Na década de 1990, as classes médias continuaram apoiando Lula, que perdeu para Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998. Em 1994, a maioria dos votos de Lula veio dos que ganhavam de dois a dez salários mínimos e dos eleitores mais instruídos. O apoio mais forte a Cardoso veio dos dois extremos do espectro de renda. Em 1998, Cardoso conquistou a maioria em todas as faixas de renda, apresentando-se particularmente bem entre os menos instruídos. Lula, en-

pobreza e as desigualdades e promover a mobilidade social ascendente para a classe média.

A recuperação econômica do primeiro mandato de Lula (2003-06) ficou mais robusta em seu segundo mandato (2007-10). Inicialmente, o boom nos preços das *commodities* favoreceu as exportações e impulsionou o crescimento. Esses foram anos marcados por uma expansão significativa no emprego formal e um aumento na renda média. O salário mínimo viu ganhos reais de mais de 70%, muito acima da inflação.

Paralelamente, os programas de combate à pobreza asseguraram um benefício modesto, mas constante, para 14 milhões de famílias. O acesso a novas linhas de crédito também possibilitou um extraordinário processo de inclusão financeira. O sucesso do programa mundialmente famoso “Bolsa Família” resultou precisamente no aumento acentuado do grau de monetarização dos setores mais vulneráveis da sociedade, que foram introduzidos no mercado de consumo de massa.

Ao mesmo tempo, os processos de privatização estavam ocorrendo. A privatização dos cuidados de saúde, juntamente com o subfinanciamento da saúde pública, viu um aumento surpreendente na demanda por planos privados. No ensino superior, os estudantes mudaram cada vez mais de instituições públicas para instituições privadas: até 2015, 75% dos estudantes estavam em instituições privadas. Os números da dívida dos empréstimos estudantis são eloquentes: 51% têm dívidas (uma soma de cerca de US\$ 5 bilhões) e, desse grupo, mais da metade não tem meios de retomar os pagamentos.

A supervalorização do real incentivou as importações de manufaturados a níveis recordes e, em última instância, minou o retorno à atividade industrial. Um dos legados do Partido dos Trabalhadores foi a centralidade renovada do setor primário, estimulado não apenas pela maior demanda global por matérias-primas, mas também pela aliança próxima da coalizão governamental com o agronegócio.

O crescimento econômico começou a murchar no primeiro ano do governo Dilma (2011). As ruas começaram a ecoar a insatisfação das “novas classes médias” – um termo cunhado para sugerir o fim dos obstáculos à mobilidade social, permitindo que setores de baixa renda consumissem como as classes médias. Depois, veio junho de 2013, um movimento de massa espontâneo exigindo melhor transporte público, saúde, educação e moradia.

Para entender melhor esse processo, é preciso lembrar que, embora a renda tenha subido e os preços dos bens manufaturados tenham caído de 2006 a 2013, os gastos com educação, saúde, creches e idosos superaram de longe a inflação e os salários médios. Embora o crédito estivesse disponível para satisfazer os sonhos de consumo, era caro e cada vez mais gerava vítimas com pesadelos de dívidas, que engoliam grande parte de sua renda familiar descartável. Hoje, cerca de 63 milhões de adultos no Brasil estão inadimplentes com o setor financeiro.

> A classe média e a extrema direita

Afundados em dívidas, as classes médias foram desiludidas pelas contradições de etapas sucessivas da expansão pró-mercado após a redemocratização. Somado à despolitização que caracterizou os dias de boom, isso os colocou em uma posição contraditória e volátil em relação às plataformas políticas e os preparou para serem sequestrados para o discurso da extrema direita.

O primeiro elemento desse discurso é o chamado retorno à ditadura militar, elogiado como um melhor momento da história do Brasil. Isso é incentivado por uma política de silêncio em torno da violência estatal desse período, graças ao pacto das elites durante a redemocratização.

Além disso, a extrema direita reformulou as tensões sociais em termos nacionalistas, chauvinistas e étnico-raciais discriminatórios. Isso captura a insegurança da classe média, brandindo

inimigos que ela responsabiliza pelo estado da sociedade: a esquerda, as mulheres, os homossexuais, os negros, os povos indígenas e todos aqueles que ascenderam a um status sociopolítico anteriormente inacessível. Através da opressão do “outro”, procura manter a posição privilegiada daqueles que foram socialmente rebaixados pelo mercado. Fundamentalmente, a extrema direita também se alimenta da desilusão da classe média com as administrações Lula e Dilma: o “antipetismo” é a destilação da frustração política e econômica em aversão pessoal e violência.

O discurso de ódio da direita baseia-se na naturalização da violência contra os pobres e a classe trabalhadora como política de Estado, que se traduz em números brutais: desde fevereiro de 2018, quando o exército foi chamado a intervir no Rio de Janeiro, a polícia ou os militares mataram uma pessoa a cada seis horas. Os alvos são jovens negros que vivem em favelas. O apelo para combater a violência com violência, apesar da evidente ineficácia de tais estratégias, tornou-se um padrão para setores médios que veem a insegurança urbana como uma falta de autoridade do Estado, a ser remediada a qualquer custo para a sociedade.

Nas últimas eleições, o candidato vitorioso da extrema-direita, o ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro, dominou os eleitores de alta renda e classe média com ensino médio ou superior, enquanto Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores, encontrou apoio entre os eleitores mais pobres e sem instrução, revelando até que ponto as posições no tabuleiro de xadrez político foram invertidas. Mas agora podemos observar dois novos elementos dentro do jogo político do Brasil que são próximos. O primeiro está relacionado ao alto desempenho de Bolsonaro obtido em todos os segmentos sociais. O segundo compreende o aumento da indiferença e desdém em relação às regras democráticas entre as classes que eram vitais para a redemocratização do Brasil. ■

Contato com
Lena Lavinas <lenalavinas@gmail.com>
Guilherme Leite Gonçalves <lguilherme.leite@uerj.br>

> Populismo, identidade e mercado

Por **Ayşe Buğra**, Universidade de Boğaziçi, Turquia



A recente crise monetária na Turquia mostra como as violações da lei, a fim de salvar a autonomia do banco central, podem causar sérios danos à economia.

Foto: Ayşe Buğra.

Desde a década de 1990, o populismo tem sido um termo amplamente utilizado para designar um novo tipo de ideologia não-liberal que caracteriza certos partidos políticos e seus líderes em uma ampla variedade de países. Uma reivindicação moral de representação exclusiva – onde a legitimidade de toda e qualquer oposição pode ser negada – aparece como uma das características centrais do populismo e forma a base da observação perturbadora de que um governo democraticamente eleito pode representar uma ameaça à democracia. Contudo, a ameaça em questão pode não ser claramente discernível no discurso e na orientação política de um partido populista quando ele chega ao poder pela primeira vez; as características geralmente atribuídas à política populista geralmente tomam forma em um processo dinâmico de desvios graduais das normas e instituições da democracia representativa. É possível sugerir que a natureza do populismo

é melhor compreendida abordando-o enquanto um processo e ao invés de uma ideologia com um conjunto de características dadas.

> O processo do populismo de direita na Turquia

Quando o AKP (Partido da Justiça e do Desenvolvimento) chegou ao poder na Turquia em 2002, “democracia conservadora” foi o termo usado para descrever sua posição ideológica em uma tentativa de desconsiderar preocupações sobre seu passado islamista. Os fundadores do partido tinham, de fato, sua formação política dentro do Movimento Nacional de Perspectivas Islâmicas, e a maioria ocupou cargos importantes no governo de coalizão liderado pelo RP (Partido do Bem-Estar), fechado em 1997 por sua orientação antissecularista. Contudo, as afirmações dos líderes do AKP de que o partido havia abandonado a sua posição islâmica soaram convincentes para muitas pessoas no país e no exterior. As expressões de compromisso com a estratégia econômica orientada

para o mercado também foram tranquilizadoras para aqueles que estavam prontos para aceitar o AKP como um partido de direita normal.

Hoje, o AKP e o seu líder Erdoğan figuram como um exemplo proeminente em debates sobre a ameaça populista à democracia. Essa mudança de percepção está relacionada menos ao surgimento de uma agenda islâmica oculta do que ao desdobramento de uma tendência já presente de polarização da sociedade. Essa tendência foi inicialmente formada como um argumento defensivo contra o que foi apresentado como uma oposição constituída de forças secularistas autoritárias, alheias ao universo cultural do país e hostis a um governo eleito por sua maioria.

O AKP, como o PR nos anos 1990, baseou-se amplamente na linguagem da política de reconhecimento para insistir na posição desfavorecida da maioria muçulmana do país sob o governo secular republicano. Este foi, de fato, um caso de vitoriosos

>>



Foto: Ayşe Buğra.

populistas agindo como vítimas e apresentando a maioria como uma minoria maltratada, como Jan-Werner Müller escreveu em seu livro *What is Populism?* No entanto, no ambiente prevalecente naquele período, em que a política de identidade foi amplamente aceita através da divisão entre política de esquerda e de direita, alguns também interpretaram esse elemento do discurso do AKP como um apelo democrático para o reconhecimento da diferença cultural contra o contestado universalismo da posição secularista. Além disso, a abordagem do AKP às políticas de identidade também se estendeu às minorias étnicas, com promessas de reconhecer e respeitar suas diferenças culturais até então negadas, pelo menos no nível do discurso. Por um tempo, isso ajudou o partido a ter o apoio de diferentes segmentos da população, incluindo intelectuais liberais de esquerda e alguns cidadãos curdos.

Somente após mais de uma década da formação do primeiro governo do AKP se tornou possível discernir os problemas inerentes à abordagem do partido com relação às diferenças de grupos. Enquanto o reconhecimento da diferença cultural foi apresentado como uma dimensão central da justiça, a questão da representação justa foi indexada ao monopólio legítimo do partido eleito ou seu líder no que se refere à representação política de todos os grupos.

> O uso de políticas de identidade pela direita

À luz dos recentes desenvolvimentos políticos na Turquia, uma questão levantada por Sheri Berman se torna relevante: “Por que a política de identidade beneficia mais a direita do que a esquerda?” Como Eric Hobsbawm já advertiu em 1996 em um artigo publicado em *The New Left Review*, o nacionalismo é a única forma de política de identidade que se baseia em um apelo comum à maioria dos cidadãos, e “a Direita, especialmente a Direita no poder, sempre alegou monopolizar isso”. No caso do AKP, o uso bem-sucedido da linguagem da política de identidade acabou eventualmente se desdobrando em uma forma de nacionalismo em que os partidos da oposição são apresentados como uma ameaça ao interesse nacional. Isto pode ser encontrado ilustrado, por exemplo, nos discursos das campanhas eleitorais antes das eleições gerais de 2015.

Junto com a mudança discursiva da afirmação da diferença cultural para uma linguagem nacionalista, houve também importantes mudanças institucionais introduzidas sucessivamente após os três referendos realizados em 2007, 2010 e 2017. De fato, o caso da Turquia mostra como nossa era de populismo é também uma época de referendos. A atual ascensão do populismo e a saliência globalmente observada

dos referendos como uma forma de tomada de decisões políticas poderiam ser interpretadas como um reflexo de um descontentamento popular generalizado com a democracia representativa. Sob esse ponto de vista, ambos fomentam preocupações semelhantes nos círculos liberais sobre uma forma de soberania popular sem restrições de um sistema de pesos e contrapesos. Na Turquia, os referendos desempenharam um papel significativo na eliminação gradual das restrições burocráticas e legais ao executivo e, em última análise, no estabelecimento de um sistema presidencialista em que o presidente eleito tem imensos poderes de decisão.

De maneira interessante, a inserção do país na economia global de mercado continua sendo um fator importante que limita o uso do poder de decisão absoluto pelo governante eleito. A recente crise monetária na Turquia mostrou como a violação do estado de direito e o desrespeito pela autonomia do banco central levaram à erosão da confiança dos investidores e causaram sérios danos à economia. Como agora está ficando claro que a crise não pode ser administrada simplesmente por meio de repetidas referências às forças que conspiram contra o país, os políticos autoritários populistas talvez tenham que reconhecer que seu governo pode entrar em conflito com o bom funcionamento de uma economia de mercado. Que tipo de mudanças podemos esperar nos domínios da política e das políticas econômicas é algo ainda incerto. ■

Contato com Ayşe Buğra
<bugray@boun.edu.tr>

> Populismo de direita na América Latina

o interesse próprio acima do bem-estar social

Por **Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco**, Universidade de São Paulo, Brasil, e **Natalia Teresa Berti**, Universidad del Rosario, Colômbia



Protestos na Argentina. Foto: Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco.

A expansão das commodities nos anos 2000 permitiu que os governos da Argentina e do Brasil adotassem políticas de reindustrialização combinadas com a integração social. Esses governos renacionalizaram empresas estratégicas, parcialmente (re-)regularam o mercado de trabalho, promoveram renda mínima, fortaleceram a educação pública e apoiaram empréstimos habitacionais, entre outras medidas que permitiram o crescimento da classe média e a superação da pobreza por grandes setores da população. No entanto, o reavivamento econômico e a atração de fluxos significativos de investimento mantiveram o caráter altamente concentrado dessas economias. A crise de 2008 evidenciou a fragilidade dos privilégios adquiridos pelas classes médias. O mesmo ano viu o surgimento das reivindicações autoritárias e excludentes dos caceroleros na Argentina e dos paneleiros

no Brasil, que desempenharam um papel importante na perda de apoio a Cristina Fernández de Kirchner e Dilma Rousseff, e a subsequente ascensão dos governos populistas de direita.

Em março de 2008, na Argentina, os grupos ligados à exportação de grãos iniciaram uma série de protestos e barreiras em face de uma nova modalidade tributária que visava administrar o desequilíbrio entre um setor agrário altamente competitivo e várias indústrias tecnologicamente atrasadas. A duração e a ampla aceitação das greves nas áreas agrícolas levaram alguns centros urbanos à beira da escassez de alimentos.

Este foi o início de uma série de demonstrações “auto-organizadas” por setores das classes média e alta de Buenos Aires, que se expandiram para outras cidades ao som de panelas e frigideiras. Em 2012 eles se tornaram massivos, mas depois gradualmente

perderam força. Essas demonstrações, conhecidas como # 13S # 8N # 18A # 8A # 13N e # 8F¹, reuniram diversas queixas – corrupção e falta de liberdade, subsídio universal de filhos e etc. – todas elas expressas com cantos agressivos e cartazes contra o presidente e o partido no poder.

Em maio e junho de 2013, no Brasil, os protestos em favor do transporte coletivo livre mudaram seu foco e se tornaram um protesto da classe média contra a Copa do Mundo e a precariedade dos serviços públicos. Em 2015 e 2016, os protestos atingiram quase todas as grandes cidades brasileiras, mudando de característica e adquirindo um tom significativamente agressivo contra a presidente Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, e as políticas sociais promovidas desde 2002. Essas manifestações combinaram o pedido de *impeachment* de Rousseff, posições fascistas de retomada da ditadura

>>

e hostilidade pública em relação à esquerda. Vários grupos convocaram uma “intervenção militar imediata”.

As classes média e alta estavam se manifestando contra o estreitamento da lacuna social que ambos os governos estavam tentando alcançar por meio de políticas anticíclicas e regulamentação do mercado de trabalho. Empresários de pequeno e médio porte rejeitaram o empoderamento dos trabalhadores, e as classes assalariadas rejeitaram perder o privilégio de ter empregadas domésticas sem registro. Ao mesmo tempo, associaram a política social à corrupção dos indivíduos e do Estado. Eles se basearam na “teoria da meritocracia” para normalizar as desigualdades sociais e legitimar a pobreza como um fracasso pessoal decorrente da preguiça ou falta de habilidades. Isso ocorreu de mãos dadas com os discursos do “empreendedorismo” e a “teologia da prosperidade”, através das quais as igrejas pentecostais afirmam que o esforço é economicamente compensado por Deus.

Esse descontentamento, que começou como uma condenação implacável, marcada pelo maniqueísmo e pela seletividade, da corrupção – Kirchner na Argentina e os Petistas no Brasil – como um sintoma do “desvio de caráter” dos líderes, se tornou um terreno fértil para vários tipos de teorias fundamentalistas. Ao mesmo tempo, uma visão parcial foi tomada sobre quem estava envolvido na corrupção, sem questionar seu caráter estrutural em ambas as sociedades.

O fundamentalismo é definido pela percepção de que existe uma verdade revelada que invalida qualquer possibilidade de debate. O fundamentalismo anticomunista renasceu na Argentina e no Brasil sob o pretexto do *antichavismo*. A ameaça agora diz respeito à “venezuelização” e ao “bolivarianismo”, entendidos como qualquer tentativa de derrubar as bases do “capitalismo ocidental” e da “família tradicional”. Os fundamentalistas anticomunistas se opõem à redução das desigualdades sociais e de gênero, que se traduz em ódio aos pobres, feministas, gays e negros no Brasil e aos *villeros* (moradores de favela) na Argentina, todos acusados de serem incompetentes, ignorantes ou venais.

Isso abriu as portas para a popularização da ideologia ultraliberal, herdada da escola austríaca, que, como explica o pesquisador social brasileiro Carapanã, é apoiada por dois pilares: o “Estado mínimo”, e a *pacta sunt servanda*, segundo a qual todos direitos são reduzidos ao que é “livremente” acordado pelas partes. A partir daí, estabelece-se uma dicotomia *sui generis* simplista que se traduz em: coerção do Estado de esquerda versus liberdade do mercado da direita. A primeira sequência representa a “igualdade” como uma ameaça, enquanto a segunda ressignifica o conceito de liberdade como “ausência do Estado”.

O segundo momento na construção do populismo de direita é o casamento de conveniência entre o ultraliberalismo e o cristianismo fundamentalista, em todas as suas versões. O ataque ao Estado é um

ponto de referência comum, porque, enquanto ele “limita o escopo da liberdade”, também reduz a autoridade patriarcal por meio da intervenção pública, até mesmo na educação privada. A aliança entre as ONGs que defendem o ultraliberalismo e as igrejas neopentecostais foi traduzida na Argentina e no Brasil em uma mistura de ataques à política social e à interferência do Estado na economia, condenações à “ideologia de gênero” e acusações de “doutrinação de estudantes” nas escolas.

Segundo a socióloga brasileira Camilla Rocha, o sucesso no estabelecimento de um regime subjetivo de ódio, que impede qualquer possibilidade de análise e diálogo democrático, pode ser explicado pelo uso efetivo de novas ferramentas tecnológicas, o espaço crescente que a mídia hegemônica concedeu a essas ideias e à infiltração capilar de organizações políticas tradicionais, como ONGs e partidos políticos. Assim, chegou-se a um consenso contra as lutas que pareciam ter sido superadas com o retorno da democracia em ambos os países (Argentina em 1983, Brasil em 1986): a luta pelos direitos humanos e a luta contra a desigualdade social. E esse consenso se estabeleceu nessas sociedades com uma alta dose de voluntarismo, falsos postulados, simplificações falaciosas e infundáveis “notícias falsas” [*fake news*]. ■

¹ Respectivamente: 13 de setembro e 8 de novembro de 2012; 18 de abril, 8 de agosto e 13 de novembro de 2013 e 8 de fevereiro de 2014.

Contato com:
Humberto Caggiano Blanco
<ramirocaggiano@gmail.com>
Natalia Teresa Berti
<natalia.beriti@urosario.edu.co>

> Nacionalismo radical

como uma nova contracultura na Polônia?

Por **Justyna Kajta**, Universidade de Wrocław, Polônia



Marcha do Dia da Independência organizada pelas forças nacionalistas em Varsóvia, Polônia, 2011. Wikipedia, Creative Commons.

O crescente apoio a partidos populistas nacionalistas e de direita tem sido motivo de preocupação para os sociólogos e legisladores democráticos em muitos países nos últimos anos. Na Polônia, as organizações nacionalistas radicais têm sido mais visíveis desde 2015, quando o partido conservador e de direita, chamado Partido da Lei e da Justiça (PiS), venceu as eleições parlamentares. Um aumento semelhante nos discursos nacionalistas pode ser visto em países da Europa e em outros lugares, onde partidos de direita populistas radicais atraem votos através da mobilização em torno de temas como migração e soberania.

O que o nacionalismo radical na Polônia representa no momento

presente? O que significa lutar pela “Grande Polônia”? Para responder a essas perguntas, realizei pesquisas com membros de organizações nacionalistas na Polônia. Eu conduzi entrevistas narrativas biográficas para traçar os seus caminhos biográficos para a organização, bem como suas motivações e visões de mundo.

Olhando as maneiras pelas quais os nacionalistas descrevem a si próprios e as suas atividades, podemos ver quatro categorias discursivas principais. Em primeiro lugar, eles se veem como educadores de novas gerações de patriotas que conhecem a história polonesa e promovem a versão política correta dela. Em segundo lugar, eles são defensores/(re)criadores da identidade polonesa, baseados estritamente na tradição e nos valores católicos. Em terceiro

lugar, os nacionalistas são ativistas anti-sistêmicos que resistem ao “sistema”, amplamente entendido como a UE, o *establishment* político, a política pós-1989 e a mídia liberal. Em quarto lugar, eles se apresentam como cidadãos social e politicamente envolvidos que – em contraste com a maioria da sociedade polonesa – se importam e estão cientes de possíveis ameaças.

Com base nas análises de suas narrativas e materiais publicados em suas páginas da internet, é possível dizer que o movimento nacionalista contemporâneo na Polônia é um movimento social contra-pós-moderno que resiste ao liberalismo e se volta para a tradição. Ele pode ser visto como um tipo particular de contra-cultura: anti-liberal (baseado no domínio do

discurso liberal-esquerdista e na política), anti-establishment, anti-UE, anti-heterogêneo. Enquanto a contracultura dos anos 1960 foi baseada em *slogans* progressistas, o que nós observamos agora é a (impossível) mudança para o passado, o que é difícil imaginar considerando todas as mudanças que aconteceram desde então. O que torna essa contracultura ainda mais peculiar é o fato de que o governo (PiS) parece fazer parte dela. Outro problema é a sua incapacidade de definir estritamente o período da ordem tradicional/passada a que pretende retornar: o passado funciona como uma espécie de conceito abstrato e não como um ponto de referência específico. O movimento nacionalista contemporâneo é também um movimento anti-sistêmico que desafia a classe política e a falta de uma transformação real e profunda após 1989 (incluindo a falta de descomunicação e a fácil transição das elites políticas para as elites nacionais).

Os participantes do movimento estão ligados pela cultura, identidade e política, e não pela economia. Eles compartilham (1) um sentimento de ameaça aos valores (nação, religião, família tradicional, história) que acredita-se constituir o fundamento da civilização europeia e polonesa; (2) a convicção de que o cenário político é cheio de hipocrisia; e (3) a convicção de que a nação polonesa possui soberania limitada.

A realidade é vista em termos de dicotomias rígidas: no nível mais geral, o mundo é dividido em “bom” e “mau” (ver Tabela 1). Do lado do “bom” estão os valores mais importantes para as organizações: civilização européia, religião (cristianismo), nação e família. Os valores são descritos em referência à tradição, comunidade e ordem moral. Eles são considerados nativos, naturais, eternos e, portanto, reais. Além disso, podemos observar dois pares inseparáveis de categorias – (1) nação polonesa e fé católica e (2)

civilização europeia e cristianismo – que ilustram a centralidade da religião no nacionalismo polonês. O que domina o lado do “mau” é o liberalismo, que é visto como contraditório à cosmovisão tradicional, e que é identificado com (entre outros) a União Europeia. Juntamente com o materialismo, relativismo e igualitarismo, o liberalismo destrói a ordem anterior e leva à desintegração da comunidade. Ao contrário das categorias “boas”, as “más” são inventadas e “forçadas” pelo poder/grupos externos. Em tal realidade, a classe política, a União Europeia, os homossexuais e os refugiados se tornam os principais inimigos. Eles personificam características e fenômenos que são vistos como nocivos, porque ameaçam a visão de uma nação homogênea, coesa e soberana.

O nacionalismo radical é baseado em duas emoções destacadas: incerteza e orgulho. Considerando as

Tabela 1. Visão dicotômica da realidade no discurso do movimento nacionalista

BOM tradição, comunidade e ordem	MAU liberalismo, egoísmo, e degeneração
Civilização europeia (real, eterna, tradições enraizadas)	Democracia liberal (UE como regime, totalitarismo, hostilidade, estranheza, falsidade, perigo)
Valores cristãos eternos (Fé católica, a fonte da moralidade, Naturalidade)	A ideologia iluminista dos direitos humanos e do relativismo (artificialidade, falta de verdade objetiva)
Comunidade nacional (todo orgânico, hierarquia, liberdade, soberania, ordem)	Caos cosmopolita e igualitarismo (materialismo mitológico / inventado igualitarismo, desintegração da comunidade e ordem)
Família tradicional (saúde, comunidade)	Modelo liberal/esquerdista de relações (políticos, mídia, feministas, lobby homossexual; doença, degeneração, nocividade)

Fonte: Análise de 30 entrevistas narrativas biográficas com representantes da Juventude Toda Polonesa, Renascimento Nacional da Polônia e Campanha Nacional-Radical em 2011-15, e materiais publicados em seus sites oficiais organizacionais.



Marcha do Dia da Independência organizada pelas forças nacionalistas em Varsóvia, Polônia, 2011. Wikipedia, Creative Commons.

mudanças em curso nos contextos político, econômico e cultural nos níveis nacional, europeu e global, a incerteza é um sentimento comum e compartilhado, e em si não é uma condição suficiente para se tornar um nacionalista. No entanto, o discurso nacionalista radical ligado à visão dicotômica do mundo pode aparecer como uma resposta aos problemas cotidianos, incluindo aqueles relacionados às dificuldades de manter um emprego decente, moradia e padrões de vida. Histórias sobre refugiados perigosos impondo sua cultura e assumindo habitações sociais e empregos; minorias sexuais abusando de crianças; empresas internacionais que exploram trabalhadores poloneses; e os liberais que intencionalmente atacam tradições e valores poloneses e que são bem recebidos por alguns segmentos da sociedade polonesa. Tais discursos trazem respostas fáceis e pontos de referência sólidos que lidam com o

peso da incerteza, transformando-o em aversão a inimigos inventados. O nacionalismo é também sobre o orgulho nacional: um sentimento manifestado como um protesto contra a posição semi-periférica da Polônia no mundo. Da mesma forma, como mostra a pesquisa de Maciej Gdula sobre os eleitores do Direito e da Justiça, o nacionalismo radical é uma forma de buscar o significado simbólico da Polônia e “se levantar”. Há uma forte necessidade de se sentir superior aos outros e construir uma melhor – historicamente ancorada e consciente – nacionalidade.

A sociedade polonesa será dominada pela onda de contracultura nacionalista? Por um lado, pode-se dizer que o nacionalismo radical não vai perder seu apoio tão cedo, e é muito difícil estimar que tipo de outro discurso pode substituí-lo e explicar facilmente a complexidade do mundo contemporâneo. Além

disso, organizações nacionalistas marcharam junto com o governo polonês durante a Marcha do Dia da Independência em 11 de novembro de 2018, o que mostra que a estrutura de oportunidades políticas é favorável ao seu desenvolvimento. Por outro lado, os representantes das visões de mundo oposicionista, liberal e de esquerda, apesar de um contexto político menos favorável, ainda são visíveis e ativos na sociedade polonesa. Um dos sinais recentes de sua contínua relevância são os resultados das eleições locais: embora o PiS geralmente tenha o maior número de assentos em governos regionais, os habitantes das maiores cidades da Polônia elegeram candidatos mais liberais. O que podemos esperar nos próximos anos é uma crescente tensão e conflito entre os discursos culturais, em vez de uma ultrapassagem do discurso público pelos nacionalistas radicais. ■

Direct all correspondence to Justyna Kajta
<juskajta@gmail.com>

> Inspirando-se em Marie Jahoda

Por **Johann Bacher**, Johannes Kepler University Linz, Áustria, **Julia Hofmann**, Câmara do Trabalho, Viena, Áustria e **Georg Hubmann**, Instituto Jahoda Bauer, Áustria



Marie Jahoda em 1937. Crédito: AGSÖ (Arquivo para a História da Sociologia na Áustria).

Em 1937, o regime austrofascista forçou-a a deixar a Áustria com poucos dias de antecedência, com a sua saída forçada precedida pela detenção. O seu envolvimento com o movimento social-democrata havia sido proibido pelo regime austrofascista desde 1934. Somente a intervenção internacional permitiu que ela escapasse.

Jahoda primeiro se mudou para a Grã-Bretanha, onde esteve envolvida com vários projetos de pesquisa aplicada, incluindo um estudo de um esquema de produção de subsistência em uma região de mineração galesa com alto índice de desemprego. Em 1945, mudando-se para os Estados Unidos, obteve uma posição no departamento de pesquisa do Comitê Judeu Americano, onde completou vários estudos empíricos. No final de 1947, mudou-se para o Departamento de Pesquisa Social Aplicada da Universidade de Columbia e iniciou uma cooperação frutífera com Robert K. Merton. Em 1949, tornou-se Professora Associada e, em 1953, Professora Titular de Psicologia Social na New York University. Em 1958, ela retornou à Grã-Bretanha por motivos particulares e tornou-se professora na Brunel University; em 1965, ela aceitou uma posição fundadora de Professora Titular de Psicologia Social na Universidade de Sussex. Jahoda morreu no Reino Unido em 2001. Em seu país natal, a Áustria, suas realizações extraordinárias foram honradas apenas muito tardiamente, no final dos anos 1980. Ela desejou retornar à Áustria após a Segunda Guerra Mundial, mas não recebeu ofertas de emprego.

Marie Jahoda é autora de mais de 250 publicações que abrangem diversos temas: emprego e desemprego; atitudes e mudanças de atitudes, especialmente em relação ao anti-semitismo; conformidade e autoritarismo; saúde pública; métodos e metodologia de pesquisa e psicanálise. O grande número de suas resenhas em periódicos proeminentes mostra o seu interesse vital em diferentes áreas científicas.

> O que podemos aprender com Marie Jahoda

Enquanto cientistas sociais e cidadãos politicamente engajados, o que podemos aprender com seu trabalho científico e sua biografia? Em primeiro lugar, como autores,

Em 2017, os autores do presente artigo se ocuparam em editar, financiar e apresentar a até então quase desconhecida tese de doutorado da famosa cientista social austríaca Marie Jahoda, que terminou sua dissertação no final de 1931 sob a supervisão de Karl e Charlotte Bühler. Em 1932, a Universidade de Viena aprovou a dissertação. Ela foi baseada em 52 entrevistas qualitativas com os habitantes da chamada Versorgungshäuser em Viena – uma espécie de casa de idosos para pessoas pobres e doentes. Foi o primeiro estudo empírico a usar informações biográficas de pessoas da classe trabalhadora. As entrevistas e a dissertação oferecem um olhar impressionante sobre as condições de vida opressivas da classe trabalhadora na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

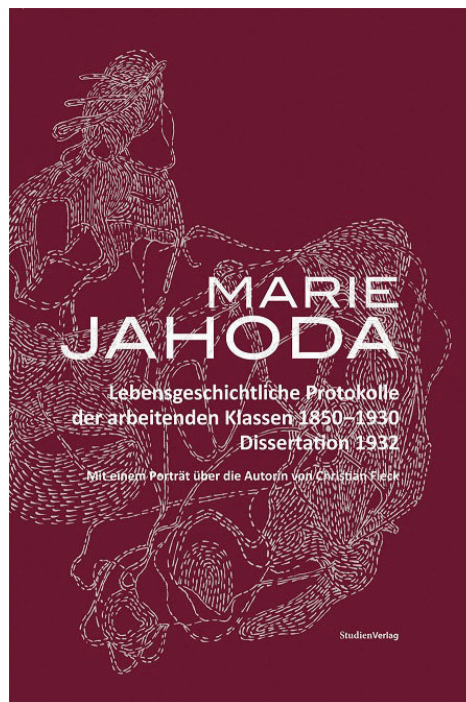
Simultaneamente, Jahoda esteve envolvida – como é mais conhecido – no famoso estudo “*Marienthal: a sociografia de uma comunidade desempregada*” [*Marienthal: The Sociology of an Unemployed Community*], que ela escreveu em colaboração com Paul Lazarsfeld e Hans Zeisel. Ela escreveu as principais partes deste relatório durante o verão de 1932.

gostaríamos de mencionar nossas diferentes origens. Um de nós é professor catedrático de sociologia em uma universidade, outro é engajado em um think tank, e o terceiro tem uma posição na Câmara Austríaca do Trabalho. Somos de diferentes idades e sexos. Também compartilhamos certos aspectos em nossas origens. Nós três estudamos ciências sociais (sociologia e socioeconomia) na mesma universidade, e todos nós queremos ajudar a resolver problemas sociais e reduzir as desigualdades sociais.

A primeira conclusão que formulamos a partir do trabalho científico e da biografia de Jahoda é que devemos focar nosso trabalho nos problemas da vida real das pessoas. Isso também significa envolver-se pessoalmente com os problemas sociais das pessoas. A biografia de Jahoda oferece bons exemplos. Tal engajamento estimula a pesquisa, como Jahoda enfatizou em seu trabalho metodológico, e também permite uma melhor compreensão dos fenômenos sociais e pode até mesmo levar à busca de soluções. Jahoda enfatizou que as questões científicas desenvolvidas pela abstração nem sempre são úteis para definir e resolver problemas sociais. Esse argumento não é novo e nem é específico de Jahoda. Como todos sabemos, ele não é fácil de ser respondido.

Em segundo lugar, aprendemos com Jahoda que a análise dos problemas e das desigualdades sociais requer interesse em muitos campos científicos e cooperação com colegas de diferentes disciplinas científicas. A competição interdisciplinar é inútil, porque não é possível dividir os problemas sociais pelo campo científico. O trabalho de Marie Jahoda não conhecia fronteiras científicas, com seu foco interdisciplinar, especialmente entre sociologia e psicologia. Seu conceito de psicologia social não reducionista é proveitoso para explorar o que ela chama de realidade social, ligando estrutura social e personalidade (respectivamente, sociologia e psicologia). Uma tarefa da psicologia social não reducionista é analisar quais experiências uma instituição social fornece, como sua interpretação influencia o comportamento das pessoas e vice-versa. O conceito de Jahoda das cinco funções latentes do emprego ainda é um excelente exemplo dessa ligação. O conceito assume que o emprego como uma instituição social fornece tipos específicos de experiências que satisfazem necessidades humanas básicas (fundamentais). O emprego (1) estrutura o dia; (2) ativa pessoas; (3) amplia o horizonte social das pessoas além de sua família particular; (4) contribui para propósitos coletivos mais elevados; e (5) fornece identidade social e status.

Essas cinco funções latentes e suas relações com as necessidades humanas básicas ainda são importantes e úteis para analisar as mudanças sociais, pelo menos nos países ocidentais. Devemos nos perguntar com mais frequência até que ponto e para quais grupos de pessoas certos desenvolvimentos sociais violam essas necessidades humanas básicas. De acordo com os princípios metodológicos de Jahoda, tal análise deve se basear nas



Capa do livro da dissertação de 1932 de Marie Jahoda, publicada recentemente em 2017 por Studien Verlag: Relatos históricos da vida da classe trabalhadora por Marie Jahoda, 1850-1930, editada por Johann Bacher, Waltraud Kannonier-Finster e Meinrad Ziegler.

experiências cotidianas das pessoas e de suas necessidades humanas. Manter isso em mente tornará nossas análises mais vigorosas e nossas descobertas mais convincentes (veja a discussão sobre *think tanks* na edição do [Diálogo Global 8.2](#)). Nossos resultados encontrarão públicos maiores e estimularão a discussão pública (nem todos devem concordar!).

Finalmente, nossas análises devem se concentrar no desenvolvimento da humanidade. Em nossa opinião, as ciências sociais se concentraram, recentemente, principalmente na questão de por que a sociedade impede o desenvolvimento de nossa humanidade. Essas análises, embora urgentes ao considerar os graves e diversos problemas sociais enfrentados por nossas sociedades globais, muitas vezes levam a um diagnóstico negativo ou pessimista, e essa visão negativa se tornou parte de nossa identidade como cientistas sociais. Seguindo Jahoda, devemos ligar os problemas da vida real de modo mais próximo à nossa pesquisa científica, por um lado, e desenvolver uma atitude mais otimista, por outro lado. Isso também nos ajudaria a fortalecer o papel da expertise acadêmica no discurso científico e político em um momento de crescente influência dos *think tanks* neoliberais. Nossas análises devem, em parte, responder à seguinte pergunta: que condições sociais devem ser satisfeitas para que possamos desenvolver nossa humanidade? ■

Contato com:
Johann Bacher <johann.bacher@jku.at>
Julia Hofmann <Julia.HOFMANN@akwien.at>
Georg Hubmann <georg.hubmann@jbi.or.at>

> Relações de trabalho e diálogo social em Portugal

Por **Elísio Estanque**, Universidade de Coimbra, Portugal, e membro dos Comitês de Pesquisa do ISA sobre Movimentos Trabalhistas (RC44) e Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47), e **António Casimiro Ferreira**, Universidade de Coimbra, Portugal



Mural nas ruas de Lisboa representando a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974.
Foto: Kimble Young, Creative Commons.

Portugal é um país semiperiférico que passou por uma transição democrática em 1974, após um longo período de ditadura (iniciado em 1926). O autoritário “Estado Novo” foi estabelecido pela Constituição de 1933, que estabeleceu os fundamentos normativos de um corporativismo fascista que legitimava o controle estatal sobre os sindicatos e se baseava na repressão violenta dos trabalhadores.

A resistência da classe trabalhadora foi esparsa e esporádica ao longo dos 48 anos de autoritarismo. Somente no final da década de 1960 se tornaram perceptíveis alguns grupos organizados de resistência dentro dos sindicatos corporativistas. Isso foi o resultado da urbanização, concentração populacional nas áreas costeiras, o crescimento de alguns serviços públicos, bem como o aumento do setor terciário da economia, que abriu espaço para novas dinâmicas associativas entre trabalhadores (embora ainda clandestinamente). Foi nesse contexto que surgiu em 1970 a confederação sindical dominante ainda hoje (Intersindical Nacional, hoje conhecida como CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses). No entanto, ao longo deste período (do final da década de 1960 até a revolução de 25 de abril de 1974), apesar da relativa abertura da economia e do crescimento do setor de serviços, Portugal continuou a ser um país predominantemente rural. A indústria incipiente se baseava na mão de obra barata emoldurada por uma economia controlada pelo Estado e dentro de um regime repressivo e tutelar que vigiava trabalhadores, sindicatos e a sociedade em geral.

Foi a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974) que criou as condições para o surgimento do atual sistema de relações de trabalho e direitos trabalhistas. É só a partir daí que se pode falar em diálogo social e direito do trabalho na sociedade portuguesa. Além disso, foi devido à forte efervescência revolucionária dos movimentos sociais e populares daquele período (1974-75) que Portugal se tornou o raro país ocidental a abraçar abertamente um projeto socialista, como reconhecido na Constituição de 1976. No entanto, esses tempos conflitantes e revolucionários também deixaram uma marca profunda no país (para melhor e para pior), estabelecendo uma clivagem estrutural entre modelos sociais opostos. Isso foi traduzido dentro do campo político em uma divisão entre ideologias antissistêmicas – PCP (Partido Comunista) e a extrema esquerda – e ideologias social-democratas ou liberais – PS (Partido Socialista) e PSD (Partido Social-Democrata). Este conflito se espelhou no campo sindical entre, de um lado, a CGTP (um sindicalismo “de classe”, de influência comunista) e, de outro, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) – um

>>

sindicalismo reformista e dirigido ao diálogo), fundado em 1978.

A legislação trabalhista criada sob a nova constituição refletia, especialmente na sua fase inicial, a influência das intensas lutas de classe do período revolucionário. A Constituição institucionalizou uma estrutura tripartite no nível macrossocial: o Comitê Permanente de Diálogo Social (CPCS) estabelecido em 1984, depois substituído pelo Conselho Econômico e Social (CES) em 1991. Na prática, o padrão de diálogo social e relações de trabalho oscilou de acordo com diferentes conjunturas políticas e a dinâmica das relações de poder entre os parceiros sociais, assim como acompanhou a evolução dos indicadores econômicos e sociais. Nos últimos 30 anos, os períodos de crise e os impactos da economia global desencadearam várias mudanças legislativas que restringem as políticas sociais, seguindo uma tendência geral de desregulamentação, flexibilização e segmentação do trabalho.

A recente crise econômico-financeira de 2008 teve grande impacto em Portugal, especialmente durante o programa de resgate (2011-14). Nesse período, surgiram as condições de um “estado de exceção” em Portugal. As medidas de austeridade impostas pela Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) e aplicadas zelosamente pelo anterior governo de direita (PSD/CDS, liderado pelo ex-Primeiro Ministro Passos Coelho) intensificaram as desigualdades sociais e a exclusão em um contexto de tensões sociais envolvendo um ciclo de protestos e greves, conduzidos por movimentos sociais e trabalhadores.

Esse quadro de austeridade envolveu a organização social e o institucionalismo político e jurídico, visando acalmar e estabilizar os mercados por meio da observância do déficit orçamentário e da destruição de mecanismos de diálogo social. As medidas de austeridade e a agenda “reformista” do neoliberalismo convergiram para reduzir os custos trabalhistas e as compensações pela demissão, flexibilizar o tempo de trabalho e restringir a negociação coletiva. Especificamente, uma série de mudanças legislativas emblemáticas foram introduzidas para reduzir os benefícios aplicados à classe trabalhadora. O papel das estruturas sindicais previstas na Constituição também foi restringido, privilegiando o papel dos conselhos de trabalhadores e dos sindicatos das empresas.

Simultaneamente, a forma privilegiada de regulação das relações de trabalho – a negociação coletiva – sofreu fortes restrições devido aos limites dos contratos de trabalho e acordos coletivos. Estes, na medida em que dependem de um período de negociação – com ou sem acordo – favorecem objetivamente os empregadores. A situação da negociação coletiva durante o período de austeridade se refletiu no bloqueio dessa forma de diálogo social por meio do aumento das assimetrias de poder entre trabalhadores e empregadores. Por outro lado, em nível macrossocial,

o Conselho Econômico e Social (CES) desempenhou um papel importante no retrocesso do quadro das relações de trabalho, sob a pressão dos compromissos assumidos com a Troika. Assim, os itens diluídos no processo mais abrangente das chamadas “reformas estruturais” dificilmente resistiriam a tais decisões sem perder a identidade política e jurídica do direito do trabalho.

A narrativa de austeridade caracterizada pelo fundamentalismo de mercado deslegitimou diagnósticos alternativos da realidade, bloqueando qualquer agenda legislativa que refletisse um *ethos* social protetor dos direitos trabalhistas e da justiça social. As próprias instituições e organizações de diálogo social e cidadania viram-se cooptadas e convertidas em instrumentos para a legitimação da nova austeridade.

Após o processo de democratização (a partir de 1974), quatro momentos podem ser identificados: a expansão e a exaustão do diálogo macrossocial entre os anos 1970 e 1980; o regresso do diálogo social nos anos 1990, relacionado com os processos de integração europeia e globalização; o momento de crise no diálogo social, marcado por um compromisso com a implementação de medidas de austeridade e subsequentes reformas legislativas; e, finalmente, o momento atual em que, por meio de acordos parlamentares entre o governo do Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda, o eixo das negociações caminha para o parlamento, com uma redução gradual da importância dos mecanismos de negociação (tanto os de negociação coletiva quanto os mecanismos tripartites).

Concluindo, o período mais recente pós-Troika abriu espaço para uma nova solução política, oferecendo novas condições para o retorno do diálogo social. Por esta razão, o país é hoje considerado como um exemplo de contra-ciclo no contexto europeu, mostrando, além disso, uma surpreendente viabilidade de alianças entre diferentes forças políticas de esquerda. Nessa nova configuração político-trabalhista, não são apenas os protagonistas político-partidários, nem os movimentos sociais de protesto, mas também as diferentes formas de ação sindical que contribuem para uma atmosfera que favorece as alianças e os processos de negociação. Apesar das dúvidas e perplexidades levantadas por esta solução, a experiência portuguesa mostra que o futuro do diálogo social envolve novas configurações entre os atores sociais que englobam as esferas política e laboral. Ela demonstra que a recuperação econômico-financeira, apesar de suas vicissitudes, pode ser combinada com a recuperação de políticas sociais e um reavivamento das políticas de aliança, em uma democracia representativa em que o conflito e a negociação são inseparáveis. ■

Contato com:
Elísio Estanque <elisio.estanque@gmail.com>
António Casimiro Ferreira <acasimiroferreira@gmail.com>

> A equipe bengali do *Diálogo Global*



Rokeya Akhter



Asif Bin Ali



Md. Eunus Ali



Abdullah-Hill-Muhaimin
Chowdhury



Eashrat Jahan Eyemooon



Kazi Fadia Iqbal



Habibul Haque Khondker



Hasan Mahmud



Mustafizur Rahman



Khairun Nahar



Juwel Rana



Toufica Sultana



Md. Helal Uddin



Rokeya Akhter é consultora nacional e profissional em projetos de desenvolvimento em Bangladesh. Suas especializações são em programas de ação de gênero, nutrição para adolescentes e resiliência à mudança climática para segurança alimentar. Ela é doutoranda na Universidade de Dhaka, Bangladesh. Sua pesquisa de doutorado é sobre língua, cultura e escolaridade em Dhaka. Ela concluiu seu Mestrado em Sociologia na Universidade de Dhaka.

Asif Bin Ali leciona sociologia na Universidade Oriental de Dhaka e trabalha como assistente editorial do *Daily Observer*, um jornal inglês de Bangladesh. Desde 2017 ele também trabalha com a Central Queensland University, na Austrália, como bolsista de pesquisa. Ele fez seu mestrado em Sociologia na Universidade do Sul da Ásia, em Nova Delhi, na Índia. Seus interesses de pesquisa incluem nacionalismo, terrorismo, formação de identidade, sociologia da religião e a história do desastre natural.

Md. Eunus Ali é estudante de graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Dhaka. Seus interesses de pesquisa são gênero e desenvolvimento, saúde pública e socialização infantil.

Abdullah-Hill-Muhaimin Chowdhury é pesquisador qualitativo de mercado, atualmente trabalha como associado da *Quantum Consumer Solutions*. Ele possui mestrado e bacharelado em sociologia pela Universidade de Dhaka. Seu interesse de pesquisa reside em padrões de mudança das narrativas religiosas em relação às construções sociais em Bangladesh.

Eashrat Jahan Eyemoon é conferencista no Departamento de Sociologia da Universidade de Dhaka. Ela completou seu bacharelado e mestrado em sociologia na Universidade de Dhaka. Seus interesses de pesquisa incluem relações de gênero e governança de segurança alimentar.

Kazi Fadia Iqbal completou seu bacharelado e mestrado em Sociologia e está estudando para o mestrado. Atualmente, ela atua como diretora de advocacia e na divisão de relações do Instituto de Transformação Social do Sul da Ásia (SAIST).

Habibul Haque Khondker possui PhD (Universidade de Pittsburgh) e é professor de Sociologia na Universidade de Zayed, Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos e copresidente do Comitê de Pesquisa sobre Transformações Sociais e Sociologia do Desenvolvimento da ISA (RC09). Seus interesses de pesquisa abrangem as teorias da globalização, migração, Estado, sociedade civil, democracia, política militar e fome. Khondker é co-autor de *Globalization: East/West* (SAGE, 2010) com Bryan Turner, e co-editor de *Asia and Europe in Globalization: Continents, Regions, and Nations* (Brill, 2006) com Goran Therborn e *21st Century Globalization: Perspectives from the Gulf* (Dubai e Abu Dhabi: Zayed University Press, 2010) com Jan Nederveen Pieterse.

Hasan Mahmud é professor assistente em residência na Northwestern University, no Catar. Ele possui PhD em Sociologia pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, e mestrado em Estudos Globais pela Sophia University em Tóquio, e é bacharel e mestre em Sociologia pela Universidade de Dhaka, em Bangladesh. Foi professor visitante no Departamento de Sociologia da Ball State University, EUA. Seus interesses de ensino e pesquisa incluem teorias sociológicas, globalização, migrações e desenvolvimento internacionais, políticas de identidade e etnografia global. Suas pesquisas foram publicadas em periódicos como *Current Sociology*, *Migration and Development*, *Contemporary Justice Review*, e *Journal of Socioeconomic Research and Development*.

Mustafizur Rahman é estudante de mestrado no Departamento de Sociologia da Universidade de Dhaka. Em 2018 ele recebeu uma medalha de ouro por seu excelente desempenho nos seus estudos de graduação. Suas áreas de pesquisa são sociologia médica e saúde pública.

Khairun Nahar trabalha como fonoaudióloga na CS Care Limited. Ela possui licenciatura e mestrado em linguística, além de mestrado em ciências sociais em terapia da fala e linguagem pela Universidade de Dhaka.

Jewel Rana é pesquisador da Erasmus e cursa pós-graduação na Escola de Saúde Pública da EHESP, França. Seus interesses de pesquisa incluem o impacto da exposição ambiental a poluentes, metais tóxicos, disruptores endócrinos e fatores associados à saúde física e cognitiva de crianças. Ele publicou artigos e capítulos de livros sobre saúde ambiental, saúde da mulher e da criança, problemas cardiovasculares, tabagismo, determinantes sociais da saúde e desigualdade em saúde em diferentes periódicos nacionais e internacionais. É o Editor Executivo do *South Asian Journal of Social Sciences* e cofundador do SAIST, Dhaka.

Toufica Sultana é estudante de doutorado em Sociologia na Universidade de Saskatchewan, Canadá. Seus interesses de pesquisa abrangem envelhecimento e saúde mental, sociologia da saúde e doença, demografia, desigualdade social, gestão de desastres e estudos de vulnerabilidade. Ela ensinou Sociologia na Eastern University, Bangladesh antes de ingressar no programa de doutorado no Canadá. Ela também trabalhou na Divisão de Avaliação de Pesquisa (RED) em BRAC, Bangladesh. É editora associada do *South Asian Journal of Social Sciences* e cofundadora do SAIST, Dhaka.

Md. Helal Uddin é conferencista de sociologia na Eastern University, Bangladesh. Ele realizou seu bacharelado e seu mestrado em Sociologia na Universidade de Dhaka e atualmente trabalha como Assistente Editorial do *South Asian Journal of Social Sciences* e Diretor Assistente (Divisão de Pesquisa e Inovação) do SAIST. Seus interesses de pesquisa incluem sociologia ambiental, sociologia da saúde e pós-modernismo.